

**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

FLORA KAROLINE GALITO GONÇALVES SANTOS

**A MÚSICA COMO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS
INTERAÇÕES SOCIAIS DE UMA CRIANÇA AUTISTA
NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

SÃO MATEUS-ES

2022

FLORA KAROLINE GALITO GONÇALVES SANTOS

A MÚSICA COMO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS
INTERAÇÕES SOCIAIS DE UMA CRIANÇA AUTISTA
NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e
Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciência, Educação e Tecnologia.

Orientador: Professor Dr. Edmar Reis Thiengo

SÃO MATEUS-ES

2022

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S237m

Santos, Flora Karoline Galito Gonçalves.

A música como apoio ao desenvolvimento das interações sociais de uma criança autista nos anos iniciais do ensino fundamental / Flora Karoline Galito Gonçalves Santos – São Mateus - ES, 2022.

107 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Edmar Reis Thiengo.

1. Autismo em crianças. 2. Educação inclusiva. 3. Música na educação. 4. Práticas de ensino. I. Thiengo, Edmar Reis. II. Título.

CDD: 371.9

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

FLORA KAROLINE GALITO GONÇALVES

**A MÚSICA COMO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS
INTERAÇÕES SOCIAIS DE UMA CRIANÇA AUTISTA NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

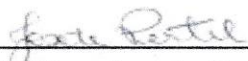
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação no Centro Universitário Vale Do Cricaré (UNIVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovado em 27 de abril de 2022.

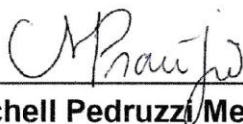
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo
Presidente



Profa. Dra. Josete Pertel
Membro Interno



Prof. Dr. Michell Pedruzzi Mendes Araujo
Membro Externo

*Dedico, exclusivamente,
A Deus, que nunca me abandonou,
sempre esteve comigo.*

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais um sonho. Por isso, expresso, aqui, a minha sincera gratidão.

Quero agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo, por toda paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigada por ter me corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar.

Aos meus filhos, Marcelo, Flora e Mariana, pela compreensão, ao serem privados, em muitos momentos, da minha companhia e atenção, e pelo profundo apoio, me estimulando nos momentos mais difíceis.

Agradeço também aos meus irmãos, Isabella, Antônio Sergio, Ricardo (primo) Paulo Afonso (primo), por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e torcendo por mim.

Aos meus pais, Isabel Inês (mãe) Tereza (tia) e Paulo (tio), obrigada por nunca me deixarem desistir, por sempre me apoiar.

Por fim, o agradecimento mais importante: a Deus e a Nossa Senhora, por estarem sempre comigo, me guiando, iluminado cada passo e me abençoando. Obrigada meu Deus por me dar além do que mereço.

*Comece onde você está. Use o que
você tem. Faça o que você pode.*

Arthur Ashe

RESUMO

SANTOS, FLORA KAROLINE GALITO GONÇALVES. **A música como apoio ao desenvolvimento das interações sociais de uma criança autista nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** 107 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus- ES, 2022.

Podemos apontar a música como uma ferramenta de apoio no desenvolvimento das interações do autista. Como o uso da musicalização na sala de aula pode colaborar com o desenvolvimento social da criança autista? Para responder tal questionamento, buscamos discutir as contribuições do uso da musicalização na sala de aula, para o desenvolvimento de interações sociais de uma criança autista no ensino fundamental. Metodologicamente, utilizamos das contribuições de Yin (2003), que traz o estudo de caso como um método amplo, sendo realizado por meio de entrevista semiestruturada, coleta e análise de dados, observação participativa, compreendendo um único caso, caracterizado por uma abordagem qualitativa. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas como referências de base para compreender a criança autista e as particularidades desse transtorno, os trabalhos de Kanner; as contribuições de Cunha (2016) mostram que a integração do aluno autista deve estar associada a múltiplas formas de intervenção podendo, dessa forma, delinear o caminho da felicidade e da autonomia na vida social pelos diversos tipos que permeiam a escola, defendendo que os relacionamentos são essenciais para que as pessoas com autismo se livrem de seu isolamento e percebam as vantagens de construir relacionamentos com colegas. Mantoan discute as diferenças culturais, sociais, morais, étnicas, como parte da diversidade humana, constituindo uma base importante para a existência das relações sociais, possibilitando às pessoas a compreensão do mundo e de si. Podemos dizer que foi alcançado o objetivo proposto com a utilização da música como potencializadora da ocorrência de interação social dos alunos autistas no ensino fundamental. Vale destacar também que o produto final foi um projeto de uma banda instrumental com ensaios semanais, utilizando a música como forma de auxílio para o desenvolvimento das interações sociais da criança autista.

Palavras-chave: Criança autista. Inclusão. Música. Práticas Educacionais.

ABSTRACT

SANTOS, FLORA KAROLINE GALITO GONÇALVES. **Music as a support for the development of social interactions of an autistic child in the early years of elementary school.** 107 f. Dissertation (Master's) Vale do Cricaré College, São Mateus ES, 2022.

We can point to music as a support tool in the development of autistic interactions. How can the use of musicalization in the classroom collaborate with the social development of the autistic child? To answer this question, we seek to discuss the contributions of the use of musicalization in the classroom, to the development of social interactions of an autistic child in elementary school. Methodologically, contributions from Yin (2003) were used, which brings the case study as a broad method, being carried out through semi-structured interviews, data collection and analysis, participatory observation, comprising a single case, characterized by an approach qualitative. For the development of the research, the works of Kanner were used as basic references to understand the autistic child and the particularities of this disorder; the contributions of Cunha (2016) show that the integration of the autistic student must be associated with multiple forms of intervention, thus being able to outline the path of happiness and autonomy in social life by the different types that permeate the school, defending that relationships are essential for people with autism to get rid of their isolation and realize the advantages of building relationships with colleagues. Mantoan discusses cultural, social, moral and ethnic differences as part of human diversity, constituting an important basis for the existence of social relationships, enabling people to understand the world and themselves. We can say that the proposed objective was achieved with the use of music as a potentiator of the occurrence of social interaction of autistic students in elementary school. It is also worth mentioning that the final product was a project of an instrumental band with weekly rehearsals, using music as a form of aid for the development of social interactions of the autistic child.

Keywords: Autistic. Inclusion. Song. Educational Practices.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDPD	Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	
CIPTEA	Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro	
Autista FVC	Faculdade Vale do Cricaré	
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo LBI	Lei Brasileira de
Inclusão		
MEC	Ministério da Educação e Cultura ONU	Organização das
Nações Unidas		
SDH-PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	
SNPD	Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com	
deficiência		
TEA	Transtorno Espectro Autista	
UCP	Universidade Católica Portuguesa UFBA	Universidade Federal
da Bahia		
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo UFRJ	Universidade
Federal do Rio de Janeiro UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais UFPA	
	Universidade Federal do Pará	
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFSM	
	Universidade Federal de Santa Maria	
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIUBE	
	Universidade de Uberaba	
UNINTER	Centro Universitário Internacional	

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.2 JUSTIFICATIVA	21
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	23
2.1 PESQUISAS BASEADA NA TEMÁTICA	23
2.2 O ALUNO COM AUTISTA NO ENSINO REGULAR	32
2.2.1 A criança autista e seu processo educacional	36
2.3 EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS	40
2.4 PRÁTICAS EDUCATIVAS COM USO DA MÚSICA PARA O ALUNO AUTISTA	44
2.5 A MÚSICA COMO UM RECURSO PARA PROMOVER INTERAÇÃO SOCIAL DE ALUNOS AUTISTAS	47
3 PERCURSO METODOLÓGICO	52
3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	54
3.2 AMBIENTE DA PESQUISA	55
3.3 MATERIAIS E MÉTODOS	55
3.4 SOBRE AS ANÁLISE DOS DADOS	56
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	57
4.1 ANALISANDO AS ENTREVISTAS	57
4.2 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES	63
5 PRODUTO EDUCACIONAL	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	74
APÊNDICE A PRODUTO EDUCACIONAL	74
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA REGENTE	99
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A CUIDADORA	100
APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A FAMÍLIA	101
APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	102
APÊNDICE F: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A MONITORA	103
ANEXOS	104
ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	104

ANEXO B: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	105
--	-----

1 INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira tem passado por diversas alterações, ao longo dos últimos anos, objetivando adequar-se aos anseios e necessidades sociais e ao desenvolvimento do próprio país, seja em virtude do alto índice de analfabetos, seja em razão da exclusão escolar que muitos sofreram no decorrer de nossa História.

Para contextualizar a questão de inclusão na contemporaneidade, é necessário entender um pouco sobre o processo histórico da educação especial, particularmente no Brasil, nos últimos anos.

Em 1961, a Lei 4.024 fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e tratava, em seu Art. 88, do atendimento às pessoas, à época, chamadas de “excepcionais”, de forma bem genérica. Assim, o texto dizia que “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, s.p). Chama-nos atenção o fato de que a educação das crianças citadas devia enquadrar-se ao sistema para integrá-las e não para incluí-las.

Dez anos depois, uma nova lei, em substituição à anterior, pensada e promulgada durante o regime militar (1964-1985), explicita, em seu Art. 9º, que os alunos “[...] que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial [...]” (BRASIL, 1971, s.p). Observamos que neste caso, o tratamento especial é definido pelos Conselhos de Educação existentes em cada Estado.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que em seu Art. 208 trata da Educação Básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, e que define como dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Complementar a esse, o Art. 205, afirma ser a educação “[...] um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”, e o Art. 206, garante “[...] a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Nesse momento, os documentos oficiais utilizavam o termo “portadores de deficiência”, termo que não deve ser mais utilizado na atualidade.

Em outubro de 1989, foi assinada a Lei 7.853 que, dentre outras coisas, dispõe

sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Trata ainda da Coordenadoria de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), disciplina a atuação do Ministério Público e institui crimes. No que tange à educação, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional, bem como a oferta, de forma obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Define, em seu Art. 2º, inciso f, que o poder público é responsável pela “matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino (BRASIL, 1989, s.p)”. Observa-se que a lei retirou uma parcela significativa de crianças ao sugerir que elas não são capazes de relacionar-se socialmente, conseqüentemente, incapazes de aprender.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge em 1990, na forma da Lei 8.069 e, em seu Art. 54, item III, afirma ser dever do Estado assegurar “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990, s.p)”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinada em 1996, prevê, em seu Art. 4º, item III, o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, s.p). Preconiza ainda as condições de atendimento aos estudantes considerados sem possibilidades de integração nas classes comuns do ensino regular. Além disso, trata da formação de professores, de currículos, de métodos e técnicas para atendimento às crianças com deficiência.

O decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei 7.853/89, que consolidou as regras de proteção à pessoa portadora de deficiência.

A partir do ano 2000, segundo os dados do Censo realizado pelo IBGE, existem no Brasil cerca de 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Premida pela urgência de garantir o exercício pleno da cidadania a essa imensa população, a sociedade brasileira vai ganhando, pouco a pouco, a sensibilidade requerida para tratar do tema, ainda que seja bastante longo o caminho a percorrer.

Nesse aspecto, o maior marco legislativo para o autismo no Brasil foi a lei federal 12.764/2012, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, atendendo aos princípios da

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e ao propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU/2006), definidos no seu art. 1º, nos seguintes termos:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (BRASIL, 2012, p. 4).

Dentre as diretrizes para a consecução do objetivo da Lei nº 12.764/2012, estabelecidas no art. 2º, destacam-se aquelas que tratam da efetivação do direito à educação:

A intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
 A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
 [...] V O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho observadas as peculiaridades da deficiência e às disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
 VII O incentivo à formação e à capacitação dos profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como pais e responsáveis (BRASIL, 2012, s.p).

Tais diretrizes coadunam-se com os seguintes objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação, em 07 de janeiro de 2008.

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
 Atendimento Educacional Especializado;
 Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino;
 Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
 Participação da família e da comunidade;
 Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
 Articulação intersectorial na implementação das políticas públicas.

Nesse sentido, a intersectorialidade na gestão das políticas públicas é fundamental para a consecução da inclusão escolar, considerando a interface entre as diferentes áreas na formulação e na implementação das ações de educação, saúde, assistência, direitos humanos, transportes, trabalho, entre outras, a serem disponibilizadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

A participação da comunidade na formulação, implantação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas constitui um dos mecanismos centrais para a garantia da execução dessa política, de acordo com os atuais preceitos legais, políticos e pedagógicos que asseguram às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Para Santos (2019), a formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sociocognitivo dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Dentre as diretrizes para a consecução do objetivo da Lei nº 12.764/2012, estabelecidas no art. 2º, destacam-se aquelas que tratam da efetivação do direito à educação:

Superação do foco de trabalho nas estereotípias e reações negativas do estudante no contexto escolar, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência escolar;

Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de recreação, alimentação e outras, inerentes ao cotidiano escolar;

Organização de todas as atividades escolares de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, alimentação em horário diferenciado, aula em espaços separados;

Reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;

Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido;

Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo; Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;

Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação escolar, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano escolar e demais ambientes sociais;

Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;

Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;

Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais ao longo da escolarização;

Aquisição de conhecimentos teóricos metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos.

Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação (BRASIL, 2013, s.p).

A implementação da diretriz referente à inserção das pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho remete ao princípio da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, cuja finalidade é assegurar o acesso à educação em todos os níveis, etapas e modalidades, promovendo as condições para sua inserção educacional, profissional e social. É fundamental reconhecer o significado da inclusão para que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista tenham assegurado seu direito à participação nos ambientes comuns de aprendizagem, construindo as possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Esse princípio é congruente com o teor do art. Nº 27 da CDPD (ONU/2006) que preconiza o direito da pessoa com deficiência ao exercício do trabalho de sua livre escolha, no mercado laboral, em ambiente inclusivo e acessível.

Para a realização do direito das pessoas com deficiência à educação, o art. 24 da CDPD (ONU/2006) estabelece que estas não devem ser excluídas do sistema regular de ensino sob alegação de deficiência, mas terem acesso a uma educação inclusiva, em igualdade de condições com as demais pessoas, na comunidade em que vivem e terem garantidas às adaptações razoáveis de acordo com suas necessidades individuais, no contexto do ensino regular, efetivando-se, assim, medidas de apoio em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Para a garantia do direito à educação básica e, especificamente, à educação profissional, preconizado no inciso IV, alínea a, do artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre os quais: o atendimento educacional especializado complementar e o profissional de apoio.

No art. 3º, parágrafo único, a referida lei assegura aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, o direito à acompanhante, desde que comprovada

sua necessidade. Esse serviço deve ser compreendido à luz do conceito de adaptação razoável que, de acordo com o art. 2º da CDPD (ONU/2006), são:

[...] as modificações e os ajustes necessários e adequados que não carreguem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

O serviço do profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando a acessibilidade as comunicações e a atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.

A lei 12.764/2012 contribuiu com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um conjunto de normas destinadas a assegurar e a promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e a cidadania.

A Lei foi editada em 06 de julho de 2015, mas entrou em vigor (passou a ter validade) no dia 03 de janeiro de 2016, após cumprir um período de vacância (período destinado à assimilação do conteúdo da nova lei) de 180 dias, passando a beneficiar mais de 45 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, de acordo com os dados do IBGE.

A Lei 13.977 foi sancionada em 2020, e é responsável por criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA). A norma recebeu o nome de "Lei Romeo Mion", e à Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência e educadores têm analisado e discutido meios de se concretizar a educação inclusiva no ensino regular, em especial, às crianças e adolescentes com deficiência, que ficaram muito tempo às margens do ensino na escola regular. A educação é um direito fundamental constitucionalizado há muitos anos, além disso, é dever do Estado, da Família e da comunidade disporem dos meios necessários à sua concretização a todos, sem discriminação.

Entretanto, ainda carece uma reformulação nas escolas, uma melhor estruturação desde os espaços físicos, à demanda de professores e materiais didáticos que correspondam com cada especificidade.

A inclusão social é um desafio que, ao ser encarado pela escola regular, provocará avanço na qualidade da Educação, é também uma luta constante no cotidiano das pessoas com deficiência. Nos últimos anos, as lutas e os movimentos começaram a ganhar espaço na sociedade, em busca de uma sociedade igualitária, na qual todas as pessoas tenham seus direitos garantidos, que façam realmente parte do processo de sujeitos ativos na sociedade, minimizando aspectos como a indiferença, visando um processo com a participação de todos, e de cada um, de acordo com suas particularidades.

Nesse sentido:

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 03).

Em concordância, Mantoan (2003, p.16) defende a permanência na escola de todos os alunos e propõe uma reelaboração do sistema educacional, quando afirma que:

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades em aprender, mas todos os demais para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Porém, percebe-se o processo de inclusão como bem mais amplo. A diminuição de todo tipo de preconceito, de discriminação, a necessidade de conviver com as diferenças. Para atingir esses objetivos, é preciso fazer muito para que as pessoas com deficiências estejam participando na sociedade, participativos neste processo, que não seja somente a ideia de fazer parte, mas sim que tenha um crescimento pessoal e profissional, estando preparados para interagir em sociedade.

Também para que a atuação didático-pedagógica do professor tenha efeito de inclusão é preciso que as atividades sejam planejadas levando em consideração os pressupostos teórico metodológicos da Educação Matemática e da Educação Inclusiva. Dessa forma, os alunos com deficiência poderão participar destas atividades sendo respeitadas suas potencialidades e, também, suas reais necessidades educativas.

Segundo Mantoan (2005), na escola inclusiva, professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Ressalta ainda, que a inclusão é a nossa capacidade de reconhecer o outro e ter o privilégio de conviver com pessoas diferentes. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que rampas e banheiros adaptados.

Atualmente, vivemos um desafio muito maior do que simplesmente oferecer educação para todos, no sistema educacional do país, isto é, a inclusão de crianças público- alvo da educação especial, mais precisamente em relação aos autistas no ensino regular, e as diversas ferramentas que podem ser aplicadas para que se sintam parte da comunidade escolar e que favoreçam o aprendizado dos mesmos, como a inserção da musicalidade como ferramenta de apoio e método de auxílio, objeto de estudo da presente pesquisa, isso porque o Autista possui uma variabilidade ainda desconhecida pela própria ciência.

Para a concretização da Inclusão no ensino é importante que o professor busque trabalhar os assuntos que vão à busca dos pressupostos da Inclusão Escolar. Assim, tem-se uma aprendizagem significativa e um ensino que valoriza as diferenças e, principalmente, as capacidades de autonomia dos alunos.

O processo de inclusão de alunos com deficiência tem sido amplamente discutido, principalmente a partir da década de 90, quando se iniciou o debate sobre a necessidade de não somente intervir diretamente sobre essa população, mas também reestruturar a sociedade para que possibilite a convivência dos diferentes (MENDES, 2002, p. 64).

Na inclusão, as escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, considerando tanto os estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, de modificações organizacionais, de estratégias de ensino, de uso de recursos e de parcerias com a comunidade.

Dentre esses processos de ensino e aprendizagem, a escola inclusiva, em uma perspectiva dos envolvidos neste processo de ensino, necessita características específicas, para que possam acolher e educar todos os alunos sem distinção ou preconceito.

Portanto, a pesquisa trata da contribuição que a música traz para os processos de aprendizagem, com o intuito de trabalhar de forma mais lúdica e atrativa para os alunos autistas, uma forma bastante eficaz para a inclusão, uma vez que todos

participam de forma única e coletivamente, partindo da premissa de que desenvolvimento educacional é formado por diversos fatores que produzem saber e por meio da música uma melhora significativa em sua interação social, sendo um instrumento e ferramenta poderosa, capaz de influenciar positivamente e significativamente o desenvolvimento social da criança autista.

Para garantir uma educação digna e de qualidade para alunos autistas é preciso não somente desenvolver ações que objetivem o aprimoramento e desenvolvimento desses sujeitos objetos da educação, melhorando o processo de aprendizagem de maneira igualitária, mas também conhecer suas especificidades, saber como lidar, obter outros profissionais que auxiliem no bom andamento do trabalho pedagógico, quais devem servir como apoio aos profissionais da educação, como fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras e psicopedagogos.

Pires e Branco (2007) analisam as possibilidades de participação da criança no meio. Já sobre a escola, eles defendem o local como um espaço privilegiado, onde pode ser trabalhado a criatividade, já que as crianças passam a maior parte do seu tempo no ambiente escolar, e defendem ainda que através disso estabelecem relações sociais. Sendo possível entendermos o desenvolvimento desde a infância nas diversas situações vivenciadas.

Na ótica de Vygotsky (2000), a interação só acontece se houver mediação dos signos e símbolos, que são produzidos socialmente e utilizados na comunicação humana. Desta forma, “Os signos são produto da ação do próprio ser humano e decorrem, portanto, da história da humanidade” (ZANELLA, 2004, p. 131).

Para Vygotsky, torna-se indispensável para a criança o amadurecimento coletivo, já que é de suma importância mostra-lo. No momento importante no desenvolvimento infantil, onde o adulto contribui com o amadurecimento desta criança, onde seja capaz de reproduzir suas ideias, com auxílio do adulto, possibilitando que seja transformado informações externas em desenvolvimento e interação.

É possível entender que o desenvolvimento humano e psicológico compreende a partir da perspectiva criada através do diálogo e ações que levam os indivíduos a se relacionarem uns com os outros. A partir da observação foi possível constatar que através do convívio uns com os outros ocorreu com conversas e interações nos ensaios. Vygotsky afirma que “o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento” (2001, p.63).

1.1 DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

O que sabemos sobre nosso aluno autista? Só o laudo não nos permite o conhecimento necessário sobre ele. Nessa linha de pensamento, nosso estudo busca responder o seguinte questionamento: de que forma o uso da musicalização na sala de aula pode colaborar com o desenvolvimento social da criança autista?

Para responder esse questionamento, é preciso entender o que é desenvolvimento social, que consiste em uma evolução ou mudança positiva nas relações entre os indivíduos, grupos e instituições de uma sociedade, sendo o bem-estar social seu projeto futuro. Sabemos que o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses.

Essas características podem levar a um isolamento contínuo da criança e sua família, atraso anormal na fala quando criança, dificuldade em manter uma conversa quando mais velho, dificuldade em participar de atividades e brincadeiras em grupo, dificuldade em interpretar expressões faciais e gestos

Assim sendo, a presente pesquisa objetiva de modo geral discutir as contribuições do uso da musicalização na sala de aula para o desenvolvimento das interações sociais de uma criança autista no ensino fundamental.

Considerando o objetivo geral explicitado e na busca de seu atendimento, propõem-se como objetivos específicos:

- Compreender como a música pode colaborar com o desenvolvimento escolar da criança em estudo;
- Identificar se existem práticas educativas que trazem a música para as atividades cotidianas da escola;
- Propor a implantação de uma banda como ferramenta auxiliar para trabalhar o desenvolvimento das interações sociais da criança autista.

Esperamos que esta pesquisa contribua efetivamente com os educadores que lidam diretamente com crianças autistas, no sentido de promover maior participação das mesmas em suas aulas, interagindo melhor com os colegas, oportunizando sua inclusão na sala de aula regular.

O último objetivo específico, visa atender às necessidades de professores que buscam alternativas de trabalho na perspectiva trabalhada nessa pesquisa.

1.2 JUSTIFICATIVA

Diante do panorama de intensificação de esforços para implementar a educação inclusiva, justificamos a investigação, em virtude de a educação ser direito de todos, este que dispõe sobre o tratamento com dignidade, igualdade e respeito, independentemente de suas condições orgânicas ou intelectuais, de raça, cor e gênero.

A escola é um espaço de interação social, portanto, precisamos debater sobre o tema, uma vez que as crianças autistas, ainda que estejam num campo desconhecido por muitos cientistas, médicos e psicopedagogos, merecem a mesma atenção e educação que qualquer outra criança.

É essencial identificar as especificidades e necessidades mais relevantes da criança em seu ambiente escolar e como a instituição Escola pode e deve contribuir junto aos familiares no desenvolvimento da criança autista.

Partindo desse pressuposto, a música é capaz de trazer inúmeros benefícios para o autista, aumentando sua sensibilidade e capacidade de se expandir para fora de si mesmo.

A escolha do tema foi motivada pela necessidade de aprofundamento acerca dos conhecimentos sobre o assunto, reforçando a relevância da pesquisa apresentada. De certo modo, pesquisas com essa essência são formuladoras de discussões acadêmicas sobre inclusão social e a contribuição da educação musical, despertando novos olhares e interesses interdisciplinares.

As crianças desenvolvem-se dentro de um contexto cultural, histórico e social e nesse contexto, elas inventam e reinventam seu mundo por meio de experiências em conformidade com as interferências externas, ou seja, elas ampliam seus horizontes e organizam suas emoções e ideias a partir do contato com os outros.

Sendo assim, é preocupação constante do professor, em seu ambiente escolar, investigar como as crianças estão adquirindo seus conhecimentos, qual a carga emocional e cultural que já trazem consigo e como interagem com os demais e assim auxiliá-las a avançarem no estabelecimento de suas relações pessoais e no desenvolvimento de sua autonomia.

Conforme aludem Mattos e Nuernberg (2011), o ambiente escolar é rico na diversidade social, além disso, é um facilitador do desenvolvimento das crianças. Assim considerando, é preciso viabilizar um ambiente convidativo, que compreenda

os meios fundamentais à constituição desses sujeitos, possibilitando espaços de desenvolvimento social, experiências socializadoras e melhorando os processos psicológicos e motores da criança autista. O trabalho interdisciplinar é imprescindível para a concretização da inclusão escolar e, por isso, é preciso discutirmos o acesso e o direito à permanência na escola.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Este capítulo está dividido em duas partes, sendo a primeira composta por uma revisão de literatura onde foram apresentadas as principais pesquisas realizadas na atualidade em Universidades Brasileiras como a UFES, IFES, FVC, consultas a Artigos Nacionais e Internacionais em Congressos Internacionais, na Capes, Scielo, Bireme entre outros.

Também foram lidos alguns artigos, dissertações, teses que tenham uma semelhança com a nossa pesquisa, visando ampliar e contribuir com nosso trabalho. Para algumas referências compostas por autores que tratam da temática estabelecida nesta pesquisa como: Emilene (2017), que propôs investigar o movimento de construção de caminhos alternativos na prática pedagógica desenvolvida com crianças com autismo em turmas do 1º ano do ensino fundamental do município de Serra/ES; Claudia (2018), estabelece dois assuntos, música e autismo, que vêm acompanhando ao longo da trajetória acadêmico- profissional como musicoterapeuta e educadora musical; Aline e Guiomar (2015), o principal objetivo deste artigo é analisar as mudanças promovidas pelas políticas de inclusão em relação ao acesso e permanência presença da criança com autismo na escola regular; Mattos e Nuernberg (2011) destacam que muitas crianças autistas possuem uma grande habilidade em informações sensoriais, conseguem armazenar uma significativa gama de informações visuais, mais que códigos verbais ou auditivos.

2.1 PESQUISAS BASEADAS NA TEMÁTICA

Para Santos (2017), “Os alunos com autismo no primeiro ano do ensino fundamental e os movimentos de construção das práticas pedagógicas”, apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), visando investigar o movimento de construção de caminhos alternativos na prática pedagógica desenvolvida com crianças com autismo em turmas do 1º ano do ensino fundamental do Município de Serra/ES.

A autora apoiou-se nos pressupostos da abordagem histórico-cultural, sobretudo nos estudos de Lev S. Vigotski sobre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e os processos mediados, enfocando o papel do outro no desenvolvimento humano e do ensino, com destaque para a busca

de caminhos alternativos no planejamento da prática pedagógica, de maneira a inserir as crianças com autismo na dinâmica educativa. A pesquisadora seguiu os princípios teórico-metodológicos da pesquisa-ação e foi realizada em duas turmas de 1º ano de uma escola de ensino fundamental do município de Serra, enfocando particularmente as práticas pedagógicas orientadas para três crianças com diagnóstico de autismo. Para ela, a ação seguiu diferentes etapas, todas elas desenvolvidas em conjunto com participantes do estudo: a equipe gestora, os professores regentes, a professora de educação especial, as estagiárias e as próprias crianças com autismo.

Para Santos (2018), em sua tese “A música como ferramenta de desenvolvimento para crianças autistas: um estudo na interface da musicoterapia com a educação musical à luz dos conceitos de Vigotski”, apresentada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), caminha para que se leve em consideração o grau de envolvimento do pesquisador com o que se propõe a estudar, como observa Kullo (2000). Dois assuntos, música e autismo vêm me acompanhando ao longo da trajetória acadêmico-profissional como musicoterapeuta e educadora musical.

Já Chiote (2011), em sua pesquisa intitulada “A Mediação Pedagógica na Inclusão da Criança com Autismo na Educação Infantil” apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tem como objetivo analisar o papel da mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo, compreendendo a mediação como processo de significação e constituição dessa criança na educação infantil, favorecendo a apropriação de práticas culturais historicamente delimitadas nesse espaço, no desenvolvimento da consciência de si e do outro. Foi realizado um estudo de caso em um Centro Municipal de Educação Infantil do Município de Cariacica-ES, tendo como sujeitos a criança com autismo, suas professoras e as demais crianças de sua turma.

Nessa perspectiva histórico-cultural, a autora constituiu a base teórica e metodológica representada pelos estudos de Vigotski (1983, 1997) e de outros autores que compartilham desse referencial e consideram que os sujeitos se constituem e desenvolvem nas condições concretas de vida, a partir das relações e interações que lhes são possibilitadas, dando relevância ao papel do outro e da linguagem nos processos mediados. Os dados da pesquisa foram coletados a partir da observação participante, entrevistas e análise documental,

com registro em diário de campo, vide gravações e fotos. A organização e análise de dados se apoiaram na abordagem micro genética na busca de desvendar os processos de desenvolvimento.

Battisti e Heck (2015), com o tema “A Inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: Teoria e prática” Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com o principal objetivo deste artigo analisar as mudanças promovidas pelas políticas de inclusão em relação ao acesso e permanência/presença da criança com autismo na escola regular. Por se tratar de um artigo bibliográfico que inicialmente abordou o conceito de autismo e o diagnóstico diferencial, em seguida os autores trataram da Educação Inclusiva, a Política Nacional da Educação Especial, a partir da década de 90. Após foi abordada a Inclusão Escolar de crianças com autismo.

Concluíram que para que haja a inclusão escola é necessário o envolvimento da escola, comunidade e família para atender às necessidades e garantir o acesso/permanência da criança com autismo. Adaptações no currículo são necessárias para desenvolver sua autonomia, ultrapassar seus déficits sociais, para que novos conhecimentos e comportamentos sejam desenvolvidos no aluno. Chegamos, então, a conclusão de que estudar o autismo e a inclusão contribui para ampliar o conhecimento na área, contudo é necessária a formação de profissionais da educação básica numa perspectiva da inclusão escolar. Nesta perspectiva, os autores reafirmam a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, e possam contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária. Proporcionar às crianças com autismo a convivência com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo a suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo.

As autoras “Corrêa e Alvarenga (2018), com o artigo A importância da musicalização na educação infantil: Um estudo de revisão”, Faculdade Multivix -ES, fundamentaram o estudo discutindo sobre a história da música e apontaram quais as principais contribuições apresentadas pelos pesquisadores e professores que defendem o uso da música na escola. Concluíram que existem diversas vantagens que o trabalho com a música em sala de aula pode trazer no desenvolvimento dos alunos. No que se refere à importância das diversas vantagens que o trabalho com a música em sala de aula pode trazer ao desenvolvimento dos alunos: a música pode ser usada para facilitar a aprendizagem, visando ajudar na alfabetização, na aquisição da linguagem, para ensinar valores, entre outras vantagens, passando

por uma vertente que entende que a música, por si mesma, é fundamental para permitir o desenvolvimento da sensibilidade ou por simplesmente a fruição desses sujeitos.

Contudo, “Santos (2016), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fala sobre a inclusão escolar de crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista: significados e práticas”, esta dissertação analisa as práticas e os significados atribuídos à inclusão escolar de crianças com autismo entre os profissionais de duas escolas regulares de Salvador (BA), uma pública e outra privada, ambas consideradas referências em inclusão. Para a autora, os resultados do estudo foram quanto aos recursos infra estruturais, pedagógicos e humanos, ambas as escolas participantes apresentaram dificuldades no cumprimento das exigências legais para o processo de inclusão. De forma geral, tanto a escola pública quanto a privada fizeram algumas adaptações na estrutura física para receber as crianças com deficiências, contudo, ambas reconhecem que ainda precisam adequar o espaço para receber alunos com diagnóstico de autismo. Para ela, a necessidade de adaptação das atividades realizadas com esses estudantes, uma prática reconhecida pela professora da escola privada como importante para o avanço acadêmico dos estudantes com autismo, indicando que as dificuldades vivenciadas pelos profissionais das referidas instituições de ensino derivam de suas opiniões pessoais sobre o ingresso dessas crianças nas escolas regulares.

Já para Santos (2018), da Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UFRJ), com o estudo sobre “A Música como Ferramenta de desenvolvimento para Crianças Autistas: Um estudo na Interface da Musicoterapia com a Educação Musical à Luz dos Conceitos de Vigotski”, Relata que a partir da questão central dessa pesquisa, a prática musical coletiva pode ser apontada como fator que impulsiona o surgimento das funções psicológicas superiores nos indivíduos autistas?’ Buscou-se investigar como se dá a gênese de tais funções (VIGOTSKI, 2003) em crianças autistas, a partir de processos interativos musicais e a importância do desenvolvimento dessas funções na constituição da subjetividade nesses alunos.

Para tanto, foi criado o Projeto de Extensão “Desenvolvimento de habilidades musicais em crianças autistas”, realizado durante o período de outubro de 2014 a dezembro de 2015. Vinte crianças autistas entre 6 e 14 anos constituíram o campo empírico da pesquisa, situada na interface da musicoterapia com a educação

musical. Elas foram distribuídas em seis grupos que participaram, cada um deles, de uma sessão musical semanal (ao todo 29 sessões). Com os resultados, a autora observou que houve desenvolvimento de funções psicológicas importantes nas crianças autistas, sujeitos da pesquisa, na constituição de sua subjetividade, demonstrada especificamente nas áreas de interação, comunicação e musicalidade. Portanto, foi possível demonstrar, também, a importância de um ambiente musicalizador, com a mediação de um outro mais capaz na zona de desenvolvimento proximal das crianças autistas, para impulsionar o seu desenvolvimento global.

Por conseguinte, Oliveira (2015), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), falando sobre o “Desenvolvimento Musical de Crianças Autistas em diferentes contextos de aprendizagem: um estudo exploratório”, esta é uma pesquisa exploratória que teve como objetivo estudar o desenvolvimento musical de duas crianças com três anos de idade, diagnosticadas com autismo em grau leve, em dois diferentes contextos de aprendizagem e identificar os prováveis fatores que influenciaram este processo. Para tanto, as duas crianças autistas tiveram um semestre de aulas de musicalização, cada uma em um diferente contexto: um especial, composto apenas por crianças com autismo; e um misto, composto por crianças sem acometimentos e por crianças com autismo. Para o autor, os resultados apontam para um significativo desenvolvimento musical/geral das crianças em seus respectivos contextos de aprendizagem, demonstrando o quão benéfico é o fazer musical, independente do contexto de aprendizagem, além de mostrar que a música, de fato, pode afetar o ser humano em sua totalidade. O autor pode então concluir que o contexto de aprendizagem sofre inúmeras influências, que vão desde os indivíduos presentes na sala de aula, aos hábitos familiares e às características individuais do Transtorno do Espectro Autista.

Novamente, os autores Oliveira e Parizzi (2009), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estudo “Influências da Educação Musical Especial no desenvolvimento vocal de crianças com autismo”, este trabalho apresenta uma pesquisa de doutorado em andamento que pretende investigar a relação entre os estímulos musicais promovidos pela Educação Musical Especial e o desenvolvimento vocal (fala e canto) de crianças com autismo. Para tanto, aulas de música serão ministradas, durante um semestre, a três grupos de crianças com autismo e escalas serão utilizadas para aferir o desenvolvimento vocal dos

participantes antes e depois do processo. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a melhora da qualidade de vida de crianças com autismo e para suscitar discussões acadêmicas acerca da Educação Musical Especial.

Em vista disso, “Pendeza e Dallabrida (2018), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o tema “Relações entre Educação Musical e Transtorno do Espectro Autista no Cenário Brasileiro”, o que apresenta um recorte de pesquisa que investigou as relações entre o campo de estudo da Educação Musical e do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada nos portais da ABEM, ANPPOM, CAPES, SCIELO, SIMCAM e SIMPOM, visando buscar algumas respostas, realizamos uma pesquisa bibliográfica, a fim de compreender como as relações entre TEA e educação musical tem sido tematizadas nas publicações desses portais, expressivos espaços para pensar a educação, a educação musical e temas relacionados, dentre os quais, a educação especial.

A autora, “Alves (2019), mestranda em Educação pela UNIUBE, com a dissertação “A Música e o Autismo: experiências de desenvolvimento e aprendizagem na Escola Municipal Cidade da Música no município de Uberlândia-MG”, com o objetivo de uma abordagem sobre a educação musical, no que diz respeito a uma forma de aquisição do saber que pode propiciar benefícios à pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, consistente em considerar a relação entre os estímulos musicais promovidos pela educação musical com a possibilidade de desencadeamento de processos educativos em crianças com esse transtorno. Em sua pesquisa, a autora teve como categoria um estudo de caso, abrangeu uma investigação das possíveis contribuições que as atividades musicais desenvolvidas, na Escola Municipal Cidade da Música de Uberlândia, oferecem ao desenvolvimento dos alunos autistas.

Barbosa (2013), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) “O Ensino de Música para Autistas: reflexões a partir de uma experiência em Natal-RN”, traz como objetivo principal a reflexão sobre a educação musical de autistas, sugerindo uma abordagem do ensino de música para esse perfil de aluno em um ambiente não formal. Para isso, apresenta conceitos e classificações relacionadas ao autismo e à educação musical, discutindo uma proposta metodológica e a reforça com reflexões baseadas na prática docente da autora e de profissionais entrevistados. Tal proposta é sugerida sob um viés prático e aponta para a permanente

atualização docente. O projeto tem como objetivo indicar e dar suporte a futuras ações que intentem viabilizar e popularizar o ensino de Música a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), auxiliando a sua inclusão em espaços educacionais comuns aos não autistas.

Já Azevedo (2012), estudante da Universidade Católica Portuguesa (UCP), traz em seu trabalho “A aplicação da Musicoterapia numa criança com Espectro do Autismo: Estudo de Caso”, pretende argumentar a aplicabilidade da Musicoterapia em crianças com Espectro do Autismo, considerando-a como um meio facilitador de socialização e integração e contribuindo para a sua reabilitação psicossocial. A autora reflete sobre uma breve visão histórica desta terapia, e ponderando o trabalho de um musicoterapeuta, trazendo então como principal objetivo perceber de que forma a Musicoterapia promove o desenvolvimento físico, mental, social e cognitivo nas crianças com Perturbação de Espectro do Autismo. Com este trabalho, a autora, além da exploração e do assento científico, tenta demonstrar todas as etapas desenvolvidas, nomeadamente todo o processo de observação/avaliação realizado com esta criança e respetiva equipe pedagógica.

Pessi, Santos e Barbosa (2017), estudantes do Centro Universitário Internacional Uninter, em sua pesquisa “A Música como Auxílio no Desenvolvimento e na Aprendizagem da Criança Autista”, desenvolveram um trabalho que tem como objetivo apresentar de que forma a música pode auxiliar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança com espectro autista. E para que as autoras alcançassem êxito foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de investigar de que forma a música pode ser inserida no contexto escolar como auxílio no desenvolvimento das habilidades da criança com espectro autista. Através da pesquisa foi possível a elas, perceberem de que forma o professor pode utilizar da música como estratégia no desenvolvimento emocional e cognitivo desse aluno.

Em busca de argumentos, Zimmer, Rodrigues e Freitas (2018), da Universidade Federal do Pará (UFPA), no estudo “Educação Musical e Transtorno Do Espectro Autista: Análise da Produção em Revistas Brasileiras De Artes/Música”, mostram neste estudo, como foram analisados a produção gratuita sobre educação musical e Transtorno do Espectro Autista (2006-2016) nas revistas brasileiras Qualis A1 Artes/Música (avaliação 2014): (a) Música HODIE, Per Musi, ABEM e OPUS e (b) Anais Regionais e Nacionais da ABEM e Nacionais da ANPPOM, descrevendo os enfoques/procedimentos de ensino. Com uma abordagem

qualitativa e uma análise descritiva, esta pesquisa, realizada pelos autores acima, levantou 3.844 artigos, sendo 16 fidedignos à temática. Os pesquisadores apontam: a região Norte como a que tem mais pesquisas na área; a importância do perfil dos professores/monitores para ensino; necessidade de suporte aos profissionais; compreensão do transtorno e perfil do educando; Adaptações curriculares e práticas; acompanhamento dos pais nos estudos; conscientização dos pares; Uso de repetição, reforço contingente, dicas visuais e verbais.

Conseqüentemente, para Guerrer e Menezes (2014), com a pesquisa, “Neurociências em Debate, Percepção musical em crianças autistas: melhora de funções interpessoais”, relatam que estudos sugerem que as áreas do processamento da linguagem em indivíduos autistas têm ativação reduzida. Além disso, estes apresentam anormalidades em circuitos cerebrais, como: atraso no desenvolvimento maturacional dos circuitos do sistema límbico, número diminuído de células de Purkinje no cerebelo, aumento do volume do córtex frontal, dentre outras. No entanto, apesar destas anormalidades, as habilidades musicais são frequentemente preservadas. As regiões cerebrais associadas à linguagem e à música se sobrepõem, o que sustenta a possibilidade de reabilitação desta através da música, que traz ainda eficaz melhoria no comportamento social e comunicativo através do aumento da atenção compartilhada. Podemos então dizer que as pesquisas acima relacionadas apontam benefícios da música na neuroplasticidade e provam que intervenções baseadas em música podem ser usadas para fortalecer conexões entre as regiões frontal e temporal, que apresentam anormalidades nos autistas. Atividades relacionadas à música envolvem imitação e sincronização, levando à ativação de áreas que contêm neurônios-espelho e proporcionando o desenvolvimento da cognição social, tarefas nas quais indivíduos autistas tipicamente mostram dificuldades.

Para Cardoso (2016), Instituto Politécnico de Beja, com Passos Musicais: a relação da Música numa Criança com Autismo, vem demonstrar de que forma a música pode contribuir para o desenvolvimento da comunicação, da socialização e do comportamento de uma criança com Perturbação do Espetro do Autismo. Sendo a música uma linguagem universal, tem efeitos benéficos incontestáveis na generalidade das pessoas. Para a autora, se em pessoas ditas “normais” a sua ação é indiscutível, em indivíduos com dificuldades de comunicação os seus efeitos serão tão ou mais significativos, quanto mais não seja, como forma de melhorar a

qualidade de vida destas pessoas. Esta investigação visa possibilitar um conhecimento mais abrangente, acerca das especificidades do Autismo, tendo em conta as áreas afetadas e modelos de intervenção, tal como os benefícios que a música pode trazer ao nível comportamental, da comunicação e da socialização/interação. Para ela, relativamente aos resultados obtidos, estes permitem-nos concluir que a música desempenhou um papel ativo, facilitador na construção das relações sociais e comunicacionais da criança em estudo.

Podemos então destacar que a Música é, de fato, um trilho que explora a dimensão humana em toda a sua complexidade, emergindo canais de comunicação cuja propagação possibilita consistentes perspectivas de intervenção nos indivíduos com Transtorno do Espectro Autismo.

As autoras Pessi, Santos e Barbosa (2017), que participaram da XV Jornada Científica dos Campos Gerais, com a pesquisa “A Música como Auxílio no desenvolvimento e na Aprendizagem da Criança Autista”, o trabalho tem como objetivo apresentar de que forma a música pode auxiliar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança com espectro autista. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de investigar como a música pode ser inserida no contexto escolar como auxílio no desenvolvimento das habilidades da criança com espectro autista. Através desta pesquisa foi possível perceber de que forma o professor pode utiliza da música como estratégia no desenvolvimento emocional e cognitivo desse aluno.

Já para Sasso (2016), do curso de Mestrado Profissional em Gestão social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), para a Revista Educação Ambiental em Ação, com o tema “A Aprendizagem do aluno autista: estudo de caso na UMEF diretora Zdméa Camargo”, o trabalho de pesquisa trata da preocupação em lidar com a presença de casos de autismo nas redes públicas escolares. Necessária, se faz, a ampliação de estudos para compreender a complexidade e amplitude dos fatores que podem facilitar a inclusão. Para ele, a criança autista encontra dificuldades para seu convívio social, cultural e educacional e cabe ao professor ajudá-la a se aproximar desse mundo de significados e proporcionar atividades dentro das suas possibilidades. Considerando o professor, principal instrumento nesse processo, tem-se como objetivo principal analisar a formação e qualificação dos docentes que lidam com a inclusão, sobretudo com alunos autistas no processo ensino e aprendizagem. É essencial propiciar a

construção do conhecimento pelo autista e desenvolver as suas habilidades a partir da vivência da criança, de como age e aprende, utilizando situações concretas da sua vivência.

Já para Dias (2019), com o tema da dissertação “Inclusão de crianças autistas na educação infantil: um estudo a partir das concepções de familiares, professores e gestores educacionais”, para o curso de Mestrado Profissional de Ciências, Tecnologia e Educação na Faculdade Vale do Cricaré (FVC), o autor tem como intuito compreender como pais, professores e escola promovem a inclusão de estudantes autistas na educação infantil, em uma escola localizada no município de Vitória/ES. Podemos concluir que, por meio das pesquisas realizadas e citadas acima, que vêm ao encontro do nosso trabalho, é possível dizer que contribuíram muito positivamente já que são relevantes ao nosso tema. Obtivemos, por intermédio da leitura, mais conhecimento em relação ao assunto em questão, sendo possível observar que a música contribuiu positivamente para a socialização do aluno autista.

2.2 O ALUNO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

Cunha (2009) destaca, que a integração do aluno com autismo deve estar associada a múltiplas formas de intervenção, podendo, dessa forma, delinear o caminho da felicidade e da autonomia na vida social pelos diversos tipos que permeiam a escola. Os relacionamentos são essenciais para as pessoas com autismo.

Grinker (2010), ao interpretar os estudos de Kanner, afirma que:

Se Kanner, porém, houvesse visto apenas um desses pacientes, talvez não tivesse ficado tão interessado. Mas aquela era outra história 11 pacientes, oito meninos e três meninas, todos muito diferentes: alguns dominavam a linguagem verbal, outros eram completamente mudos – mas ainda assim todos eram social e linguisticamente deficientes (GRINKER, 2010, p. 59).

Em todos os casos percebemos a presença de uma mesma “incapacidade de se relacionar” constatada desde o início da vida, além de respostas incomuns ao ambiente, como: movimentos corporais repetitivos, resistência à mudança de rotina, entre outros.

Para que a inclusão seja realmente benéfica às pessoas com autismo, é necessário proceder com cautela e não esperar que o indivíduo adentre a escola e

faça sozinho todas as adaptações e descobertas necessárias. Quando uma criança entra na escola sem apoiá-la, o princípio é a integração, o que acaba levando à rejeição.

Portanto, é compreensível que as escolas precisem se adaptar aos alunos, suas necessidades, dificuldades e potencialidades.

Ressalta-se que além das medidas de qualidade no enunciado, a escola precisa realizar mudanças que vão muito além da reforma de suas instalações, da importância e da necessidade de adaptabilidade física / estrutural no ambiente:

E como se faz a inclusão? Primeiro, sem rótulos e, depois, com ações de qualidade. Nos rótulos, encontram-se as limitações do aprendente, ou melhor, as nossas limitações. Devemos olhar para ele e transformarmos as impressões externas das barreiras do ceticismo. São elas que mais impedem a inclusão do educando em nossos esforços e sonhos (CUNHA, 2009, p. 101).

O autor acredita que se ele não é o promotor de sua aprendizagem, o aluno não está incluído, portanto, é preciso dar autonomia, pois, se não houver, não adianta equipar toda a escola para atender às necessidades dos estudantes. Não é uma nova perspectiva sobre o desempenho docente. Esta operação requer treinamento extenso do professor, mas não há garantia de que tal treinamento irá prepará-lo para todas as situações, porque é impossível em uma situação humana, mas o treinamento eficaz do professor fornece uma maneira para entender o que precisa.

O sistema de ensino também precisa proporcionar aos professores oportunidades de trabalho com base no princípio da autonomia, pois também precisam de autonomia para formular e executar planos de trabalho, e somente quem mantém contato com os alunos pode adaptar suas recomendações de desempenho às suas necessidades.

A esse respeito, Mantoan (2006) discutiu várias questões sobre essa crise de paradigma envolvendo inclusividade, e usou o termo “posto avançado mundial” para se referir àqueles que têm uma visão pioneira das necessidades das reformas educacionais atuais. Descobriu a burocracia e exclusividade da educação formal e fez as seguintes observações:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe

no mapa da educação escolar que estamos retrazando (MANTOAN, 2006, p. 14).

Portanto, uma vez que diferenças culturais, sociais, morais e étnicas fazem parte da diversidade humana, pode-se inferir que esses paradigmas estão sendo desafiados e o antigo conhecimento da matéria-prima da escola está sendo reinterpretado. Constituem uma base importante para a existência das relações humanas, possibilitando às pessoas a compreensão do mundo e de si. Nesse caso, para que a inclusão seja efetiva, é necessário entender que as diferenças estão em constante mudança, o que é garantido por Mantoan:

A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. Sua posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada (MANTOAN, 2006, p. 26).

A criança com autismo tem como característica comportamental a fixação em determinados constructos. Elas não são teimosas, têm resistência às mudanças, de uma forma geral. O professor é fundamental neste processo, porque é a partir da confiança nele que ela conseguirá confiar que pode se desprender e buscar o novo.

Para Cunha (2009), um dos maiores entraves para o aprendizado do autista é a desatenção, pois dificulta o entendimento dos comandos fornecidos. Dessa forma, é necessário que o professor desperte a atenção dos alunos na tarefa para minimizar as dificuldades de comunicação. Também destacou que o relacionamento é a ferramenta mais eficaz para o professor cooperar com o aluno autista, e qualquer método deve ser levado em consideração em suas características, mas esse fator não pode impedir a aproximação com os alunos.

No entanto, como a capacidade de interação social da pessoa autista está gravemente prejudicada, quando ela se sente "invadida" no ambiente escolar, geralmente apresenta isolamento ou até raiva. Portanto, o progresso de todos os métodos deve ser realizado com cuidado sob a premissa de compreensão e respeito. Para realizar um trabalho de qualidade e eficiência, o professor deve, primeiro, acreditar nas possibilidades dos alunos e eliminar as impressões e dúvidas internas.

De acordo com a pesquisa de Cunha (2009), é possível compreender que o professor que trabalha com alunos autistas precisa entender claramente que os

resultados não são imediatos, que talvez todos os objetivos pré-estabelecidos não sejam alcançados da forma esperada. Infelizmente suas tentativas de trabalho acabam sendo frustradas e, por conta disto, acaba desanimando.

É importante notar que o grande desafio enfrentado pelos professores que trabalham com alunos autistas será encontrar formas inovadoras de atuação que os adaptem às necessidades dos alunos e ao mesmo conteúdo aplicado aos demais estudantes da classe, porque, conforme mencionado anteriormente, em um ambiente inclusivo, o conteúdo deve ser flexível para atender alunos com diferentes especificidades, mas não deve ser diferente, de forma a não prejudicar a função inclusiva de cancelamento do ensino separado.

Ensinar, sob uma perspectiva inclusiva, requer um novo sentido, ou seja, pedagógico, que é o papel do professor e da escola nesse processo. Isso porque a preparação para esse tipo de atuação vai levar a uma reforma proposta pela escola, pois, se for diferente, não há necessidade de melhorias profissionais, pois bastaria apenas manter tudo como sempre foi.

Para Caetano (2020), em seu artigo escrito para o site do Portal Educação, o Transtorno do Espectro Autista causa problemas na socialização, na interação e nas regras de convivência, de forma que a criança não consegue se relacionar socialmente, tendo problemas, inclusive, para identificar as intenções no discurso do outro, acarretando, assim, danos à sua integração. De acordo com o grau de autismo que a criança possuir, será capaz de se envolver em atividades em que demonstrar grande interesse e afinidade. Em casos mais graves, a criança não consegue realizar suas atividades básicas sozinha, dependendo, assim, da ajuda constante de um adulto para auxiliá-la. No entanto, a intervenção médica e educacional pode proporcionar uma melhor qualidade de vida em pessoas com autismo, criando condições para o aluno desenvolver (dentro de seus limites) o seu potencial no contexto acadêmico, social e emocional.

Ainda de acordo com Caetano (2020), o tratamento para o autismo envolve acompanhamento médico especializado, juntamente com os trabalhos de pais, educadores e terapeutas, a fim de desenvolver, nesta criança, as áreas cognitivas, afetivas, sociais e relacionais. Alguns programas podem ser feitos em casa, na escola ou nas instituições de ensino especializadas, com a ajuda de profissionais treinados e qualificados. Estes programas devem levar em conta as dificuldades e habilidades de cada criança.

Ela relata ainda que, na infância, as dificuldades mais observadas estão relacionadas às habilidades de comunicação e linguagem, ao desenvolvimento motor, e às áreas de competência social, exigindo, em alguns casos, a presença de um fonoaudiólogo e de um psicólogo para o desenvolvimento e intervenção comportamental (DANIELA, 2020).

2.2.1 A criança autista e seu processo educacional

No planejamento de cada processo educacional é preciso levar em consideração as pessoas que serão educadas e, para isso, é importante uma breve descrição sobre o autismo e algumas características dos pacientes com este transtorno. O autismo é considerado um transtorno não progressivo. No entanto, devido às variáveis ambientais, maturacionais e do próprio desenvolvimento do indivíduo, é difícil estabelecer um prognóstico preciso.

O aluno autista, mesmo que consiga uma boa evolução do quadro, adquirindo independência e produtividade, carregará por toda vida características mais ou menos marcantes do Transtorno do Desenvolvimento (NUNES, 2001). Acreditamos que o processo educativo desempenha um papel imprescindível no processo de aquisição de conhecimento, no comportamento socialmente aceitável, na independência e na preparação para o trabalho entre essas pessoas.

O objetivo da educação especial é reduzir as barreiras que impedem as crianças de receber educação. Os indivíduos realizam atividades adequadas e participam plenamente da sociedade (NIELSEN, 2003).

A educação voltada para a pesquisa mais contemporânea em educação especial, seja do ponto de vista jurídico ou do princípio da educação, é inclusivo. Temos muitas razões para afirmarmos essas ideias, afinal a abordagem inclusiva representa a evolução das nossas concepções sobre educação especial.

O método mais comumente utilizado no processo educacional de crianças autistas é o Montessoriano, método de Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação (TEACCH) e cursos funcionais. O método de Maria Montessori fornece suporte educacional para crianças com autismo.

Desde 1906, Montessori demonstra a importância da observação e avaliação sob uma perspectiva pedagógica personalizada. Para a autora, os educadores

têm três tarefas: reconhecer as habilidades da criança, mostrar-lhe algo pelo que está interessada, e que pode aprender a imitar e sugerir autonomia, evitando interferir nos movimentos infantis.

Montessori rejeitava a ideia de recompensas e punições, e acreditava que a pessoa autista sentia profundamente o estado do outro, e poderiam encontrar a si mesmas, através de uma comunicação mesmo inconsciente, o prazer do sucesso, ela percebeu que as crianças precisam de um universo proporcional ao seu tamanho, como por exemplo, móveis, que deveriam estar relacionados ao seu cotidiano. Acreditava que as com deficiências graves de desenvolvimento também podiam absorver e aprender, desde que fossem fornecidos materiais específicos e avançados.

O método TEACCH, criado por Eric Shopler (1966), refutava a hipótese de que o autismo poderia ser uma patologia adquirida no contexto das relações. O autor projetou uma estratégia educacional para permitir que pais de crianças com autismo, na ausência de abrigos para estas, aplicassem essas tecnologias com elas. A estratégia envolve essencialmente a dinâmica de interação, perspectivas de desenvolvimento, a relatividade da aquisição e o foco da aprendizagem em um contexto específico.

A qualidade do método TEACCH reside na compreensão das técnicas operacionais de trabalho personalizado, enquadramento rigoroso, objetivos de curto prazo, observação e avaliação contínua e materiais adaptados. Frequentemente, a comunicação verbal que não está no autismo é substituída por pictogramas.

O TEACCH requer que pais e professores envolvidos em sua aplicação coordenem/supervisionem continuamente, porque todo novo comportamento aprendido deve ser modificado.

Para Peeters (1998), o termo "programa" é abusivo pois seria uma restrição aos princípios da individualização importantes para o tratamento do autista. O autor acrescentou, ainda, que, usando o TEACCH como modelo, promovemos a continuidade de instituições especializadas em autismo, independentemente da idade e do nível de inteligência. O currículo funcional visa o ensino de habilidades funcionais e o desenvolvimento das competências do educando com deficiência, que possam colaborar para a sua independência e inserção social futura do indivíduo.

O ensino é contemplado de forma próxima das condições naturais e normalizantes. O currículo funcional tem por objetivo principal ensinar pessoas com deficiência da forma mais funcional possível, levando em consideração suas

características individuais e considerando o potencial de cada um. Os conteúdos trabalhados não podem ser desconectados da realidade.

A frequência de crianças autistas em escolas regulares pode ser questionada, visto que o quadro autístico estabelece limitações para as aprendizagens. No entanto, a pesquisa de inteligência atual também enfatiza três componentes: inteligência acadêmica, inteligência prática e inteligência social (NIELSEN, 2003).

Os benefícios da educação inclusiva para os autistas não se resumem ao próprio sujeito incluído. Há vantagens para os colegas que apresentam um quadro de normalidade. Atitudes positivas em relação aos alunos com deficiência desenvolvem-se quando são proporcionadas orientação e direção por parte dos adultos em ambientes integrados (FOREST, 1987A, 1987B; JOHNSON & JOHNSON, 1984; KARAGIANNIS, 1988; KARAGIANNIS e CARTWRIGHT, 1990; STAINBACK e STAINBACK, 1988; STRULLY, 1986, 1987).

Os benefícios de um currículo inclusivo também podem ser estendidos aos professores, porque eles precisam atualizar suas habilidades. "As características da escola transformam em tempos de mudança social, os professores precisam dominar novos conhecimentos para trabalhar com alunos com deficiência acadêmica e social" (SCHOSSER, 1992, p.242).

Em suma, o movimento de inclusão no Brasil ainda é recente. Com efeito, ao final da década de 1970 e no início da década de 1980, muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares, pelo menos em tempo parcial no turno das aulas, mas as tentativas para resistir ao ensino inclusivo ainda são evidentes.

É fato que a inclusão deve ser avaliada em seu custo/benefício para o aluno em questão. Não podemos perder de vista que "a inclusão é um processo permanente e contínuo" (SANTOS, 2003, p. 21), pois sempre deve visar a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais e não simplesmente o convívio social, habilidade que a criança pode adquirir em muitos espaços e não necessariamente na escola.

A escola possui como princípios pedagógicos a crença de que a educação escolar possibilita a ampliação da construção do pensamento, para além da acumulação do conhecimento. Acredita ainda que as competências fundamentais para o enfrentamento dos desafios de uma sociedade em transformação são as capacidades de compreender problemas, criar soluções,

argumentar, relacionar conhecimentos e aprender permanentemente.

A educação de crianças com autismo é, sem dúvida, um desafio aplicável a todos os profissionais da educação. A singularidade e a falta de conhecimento sobre a síndrome nos fazem percorrer caminhos ainda desconhecidos e incertos sobre a melhor.

Vale a pena lembrar da recomendação de Léo Kanner que, em 1943, começou a estudar esta síndrome, quando afirma que é necessário ter humildade e cautela diante do tema, pois para compreender o autismo, é preciso uma constante aprendizagem, uma contínua revisão sobre nossas crenças, valores e conhecimento sobre o mundo e, sobretudo, sobre nós mesmos (BAPTISTA; BOSA, 2002).

Os objetivos principais do tratamento e da educação de uma criança com autismo são reduzir os comportamentos mal adaptativos e promover o aprendizado, principalmente a aquisição de linguagem, do autocuidado e de habilidades sociais, (MARTINS, 2003).

O nível de escolaridade, no modelo de intervenção, nos lembra da necessidade de trazer as crianças autistas para a educação, para que em um ambiente inclusivo ou não inclusivo, possam se desenvolver na perspectiva da educação. No entanto, a sua inclusão, no geral, mas especialmente aquelas com autismo, ainda está em desenvolvimento, lentamente, talvez porque estejamos marcados com a história do processo de exclusão educacional.

Incorporar crianças especiais em classes regulares deve ir muito além da socialização. Deve-se primeiro visar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças incluídas, ao contrário de um movimento integrado que oferece vagas, mas sem promoção. É necessário mudar o ambiente físico e os métodos de ensino para melhor atender os alunos. As escolas inclusivas para crianças com necessidades especiais devem promover adaptações de grande e de pequeno porte. Contudo, é necessário respeitar o indivíduo que se pretende educar e, ainda, questionar se é de fato respeitoso destruir as barreiras autísticas, para que os objetivos educacionais não se transformem em obstinações dos profissionais.

Vale ressaltar que o espectro do autismo é diagnosticado, como Smith (2008, p. 359) apontou, "independente do QI", salientando que 25% das pessoas com autismo têm pelo menos um nível "normal" de inteligência.

2.3 EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS

Historicamente, a educação era direito para poucos, tendo acesso à escola apenas algumas crianças, da oligarquia e do clero, logo após tiveram essa oportunidade abrangida aos filhos de burgueses, aqueles que interessavam mais ao clero e que detinham poder econômico e/ou político. Apesar de familiarmente adotarmos o termo de escola formal e tradicional, como se antiga fosse, muitos de seus caracteres ainda estão presentes na escola ‘moderna’.

Com efeito, se destacam os aspectos metodológicos do formato de salas de aula com cadeiras enfileiradas, uma lousa, ainda que atualmente seja utilizado um quadro branco, a divisão de turmas por faixa etária, toda a cerimônia e especialidade na entrega de diplomas, entre outros aspectos.

Entretanto, não há o que falar, hoje em dia, em falta de lei que abrigue os direitos que constantemente são violados pelo sistema educacional, bem como pela ausência do Estado em possibilitar o acesso à escola, como direito de todos.

Nossa Carta Magna de 1988, garante em seu art. 6º que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A educação é garantida a todos, devendo, o Estado, em conjunto com a família, assegurarem esse acesso desde a infância aos anos finais do estudo, sendo incluída a educação superior. Para que seja concretizada, a educação possui princípios básicos, expressamente dispostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com fulcro no art. 2º, da Lei nº 9.394/96: Mas é preciso ressaltar que não basta a mera positividade do direito para que se tenha o devido acesso e a qualidade, quais questões a lei delimita como obrigatoriedade do Estado no sistema educacional.

Assim, nos aponta Ferreira *et al* (2018, p. 243) que “garantir a educação como um direito não assegura completamente ao sujeito- aluno atendido sua efetiva participação da construção desses direitos”.

O sistema educacional brasileiro inovou nos últimos anos ao inserir a obrigatoriedade da inclusão social em todas as escolas, coibindo, assim, qualquer impedimento para o acesso à educação por pessoas antes consideradas “especiais”, atualmente chamadas de pessoas com deficiência.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] III com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, p. 03).

As pessoas com deficiência e os alunos com transtornos globais ou altas habilidades e superdotados são, sem dúvida, crianças que exigem maior atenção, e em alguns momentos serão necessárias atividades e avaliações diferentes, adaptadas às suas especificidades.

Considerando o objeto de estudo dessa investigação, que considera a inclusão social de crianças autistas, é forçoso destacarmos alguns estudos importantes sobre especificidades a que os professores devem estar atentos ao elaborarem suas atividades pedagógicas em grupo ou mesmo de forma individual.

De acordo com Mattos e Nuernberg (2011), muitas crianças autistas possuem uma grande habilidade em informações sensoriais, conseguem armazenar uma significativa gama de informações visuais, mais que códigos verbais ou auditivos. Acrescentam ao tema, Bosa e Callias (2000), que explicam que há tendência dessas crianças na observação dos detalhes, possuindo ainda grande dificuldade em estabelecer relações entre o todo e as partes, ou seja, possuem uma ênfase em determinadas coisas e dificuldades em relações mais complexas, uma vez que a organização cerebral desses alunos é mais profunda.

Estudos sobre o Espectro de autista têm aumentado nos últimos anos e avançado, tanto no que tange ao reconhecimento precoce, quanto no tratamento. No mundo da informação gratuita e rápida, em virtude da globalização, a família e a escola têm contribuído de maneira significativa na identificação e intervenção necessária para incluir a criança autista no meio social.

Além da importância de integrar a criança com espectro autista no meio social, é preciso integrá-la no ambiente escolar, incluí-la nas atividades pedagógicas, que poderão ser válidas ao desenvolvimento cognitivo e motor da criança, além de promover maior relação dela com outras pessoas além de seus familiares. Para isso, a criança precisa sentir-se amada e compreendida no ambiente escolar, por isso, o docente, bem como toda a gerência e coordenação escolar precisam empreender esforços a instituir um ambiente convidativo, afetivo e precisam conhecer também as especificidades da criança que possui autismo.

É válido ao professor estar sempre em busca de qualificação e conhecimento,

que pode ser feito a partir da troca de experiências, de cursos teóricos e práticos, a fim de organizar uma rotina e obter maior competência criando estratégias e explorando maneiras de transmitir na aprendizagem e na relação do aluno autista com os outros colegas.

Não se pode olvidar da importância da ação conjunta entre gestores, professores, família e sociedade para o ato educativo mais significativo e eficaz aos alunos com autismo. Dentre as metodologias aplicáveis em sala de aula e fora dela, no intuito de desenvolver a interação do aluno com o mundo exterior e com as pessoas ao seu redor, acentuam-se as seguintes: levar o aluno a conhecer o ambiente escolar e a sala de aula, antes mesmo de iniciar seu contato com a aula em si e com os colegas.

No que se refere a dados estatísticos sobre o crescimento e inclusão do número de autistas no ambiente escolar, regular ou especial, os estudos são muito escassos em nosso país, sendo os próprios censos oficiais sobre o tema omissos quanto a isso. Segundo dados do Center of *Diseases Control and Prevention* (CDC), um órgão do governo norte-americano, em 2010, em cada 110 pessoas há, pelo menos, um caso de autismo. Nesse sentido, há época estimavam que no Brasil, diante dos seus 200 milhões de habitantes, teríamos o equivalente a 2 milhões de autistas.

De acordo com o editor chefe da Revista Autismo, Paiva Júnior (2020), o autismo está presente em todos os grupos raciais, étnicos e socioeconômicos. O autor cita também Alysson Muotri, neurocientista brasileiro, que diz que a “Diferença na prevalência de autismo entre grupos humanos não é biológica, mas social.”

Entretanto, nos últimos anos, possivelmente em virtude da informação mais ampliada e de pesquisas mais particulares sobre o autismo, o número de casos tem crescido, subindo no ano de 2020 para 10% na prevalência de autismo, 1 caso para cada 54 pessoas.

A inclusão prioritária de autistas no âmbito escolar já é garantido por lei desde o ano de 2013, mas o atual governo muda o paradigma em relação aos dados sobre o assunto, posto que o então presidente Jair Bolsonaro publicou em 2019 uma lei (Lei 13.861/2019) que obriga a inclusão, nos censos demográficos, valendo para o Censo de 2020, de questões sobre informações de pessoas com autismo, para que possamos, assim, dispor de dados mais específicos sobre o tema.

Ademais, no início do ano de 2020, o atual governo inovou ao criar lei para uma

Carteira de Identificação da Pessoa com Espectro Autista (Lei n. 13.977/2020) expedida por órgãos estaduais, distritais e municipais, garantindo a prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, especialmente nas áreas da saúde, assistência social e educação.

Para o autista estar em um local público ou lugar muito movimentado ou com muitos ruídos é bem fatigante e desagradável, portanto, essas medidas vão ao encontro dos anseios sociais e serão de grande ajuda aos responsáveis e familiares da criança em caso de terem que enfrentar filas (em bancos, Correios, Lotéricas, etc.). A Defensoria do Estado de São Paulo tem lutado para a inclusão escolar desses alunos, uma vez que a educação é direito fundamental e dever do Estado.

Em trabalho específico sobre pessoas com TEA no Brasil e sua inclusão no ambiente escolar, Tibyriça (2016) identificou que os alunos menores de 5 anos, 81% estão matriculados em escolas regulares da rede de ensino municipal, 9% estão esperando vaga, por serem considerados fora da faixa etária ou por precisarem de cuidados especiais, em escola especial; e 10% estudam apenas em escolas especiais.

O maior problema encontrado na pesquisa da autora supracitada, que também é realidade na grande maioria das escolas no Brasil, é que os pais manifestam estar descontentes com a falta de recursos e profissionais na escola para atender de forma especializada a seus filhos, o que prorroga demasiadamente o desenvolvimento da criança, chegando, algumas, aos 9 anos sem nem mesmo estarem alfabetizadas (TIBYRIÇÁ, 2016).

Em virtude desse despreparo e a falta de recursos humanos e didáticos, os pais se sentem desamparados e, assim, até os 6 anos as crianças ainda estão mais nas escolas regulares, sendo que a partir dos 9 anos, grande maioria se encontra apenas matriculados em escolas especiais. Conforme a autora apresenta em seu estudo, ao questionar se os pais desejam colocar seus filhos apenas na educação especial 43% deles respondem que sim.

Outro dado relevante é a afirmação dos pais sobre a escola de seus filhos, que a partir dos 6 anos aos 10 anos de idade respondem quem. Dessa feita, observamos a necessidade de priorizar a inclusão de alunos autistas na escola regular, já que é direito serem atendidos de maneira prioritária, precisando de profissionais especializados a suprir as necessidades específicas destes alunos e estarem acompanhando e auxiliando no bom andamento e progresso da aprendizagem.

2.4 PRÁTICAS EDUCATIVAS COM USO DA MÚSICA PARA O ALUNO AUTISTA

Araújo (2015) afirma que, como prática pedagógica, a música pode ser utilizada, formando uma ponte entre professores e alunos. A Educação e o cuidado promovem relações interpessoais, e a música pode ser usada para promover a comunicação entre crianças e educadores, porque sabemos que a música une culturas e gerações, reduz as relações interpessoais e abre uma gama de oportunidades de desenvolvimento cognitivo, além de auxiliar na conquista e melhorar o nível de conhecimento, para que os alunos possam realizar melhor as suas funções motoras e intelectuais, além de interagirem melhor com o meio ambiente.

Atualmente, sabemos que a reestruturação das unidades de ensino é fundamental, pois o ensino não se realiza sem aprendizagem. Portanto, é necessário ensinar no planejamento de novos projetos pedagógicos, que envolvam todos que compartilham diretamente ou indiretamente da ação educativa, e colocá-los em prática para um propósito claro e explícito, que avalie continuamente os alunos e entenda que esse tipo de aprendizado só pode ser feito se houver uma reconstrução do saber.

Como Snyders (1992) apontou, a musicalização pode melhorar os alunos, partindo do pressuposto de que suas habilidades e sensibilidade podem ser reconhecidas e reveladas. Diante de tal afirmação, o autor ainda afirma que:

O ensino da música faz vibrar o belo em áreas escolares cada vez mais extensas e que [...] para alguns alunos é a partir da beleza da música, da alegria proporcionada pela beleza musical, tão frequentemente presente em suas vidas de uma outra forma, que chegarão a sentir a beleza na literatura, o misto de beleza e verdade existente na matemática, o misto de beleza e eficácia que há nas ciências e nas técnicas (SNYDERS, 1992, p. 135).

Vale ressaltarmos que definir música não é uma tarefa fácil, porque não há um único conceito. Portanto, segundo Araújo (2015), vários profissionais como: psicólogos, antropólogos, sociólogos, músicos, professores e pesquisadores tentam encontrar conceitos únicos sobre a arte musical, mas ainda não chegaram a um consenso. Por isso, Araújo (2015, p. 79) afirma que música é a "linguagem do coração humano". Este conceito se refere ao ritmo, mas também remete à ideia de que a música tem um impacto emocional e psicológico nos humanos.

Em termos gerais, seria a organização temporal da voz e do silêncio (pausas). A rigor, esta é a arte de coordenar e transmitir efeitos sonoros, harmoniosos e esteticamente válidos, podendo ser transmitida através da voz ou de instrumentos musicais.

Contudo, nas palavras de Araújo (2015), a música é uma linguagem universal, que cronometra o desempenho cultural e artístico de um grupo de pessoas em uma determinada em determinada região ou época vivida. Segundo Araújo (2015), a musicalização ainda é importante pois significa o desenvolvimento do sentido humano da música, sensibilidade, expressão, ritmo, “ouvidos musicais”, ou seja, inseri-los no ambiente sonoro musical. O processo de musicalização tem o objetivo de tornar as pessoas ouvintes sensíveis à música, buscando desenvolver programas de absorção de linguagem musical.

É importante determinar quais contribuições, na perspectiva da criança com Espectro Autista, advêm do ensino da música, tentando entender este processo como um sistema de ensino desenvolvido nas atividades musicais.

Justino (2017, p.44, JOLLY; SEVERINO, 2016, p. 22) enfatizam que “são nessas práticas sociais que os indivíduos geram o conhecimento sobre si, do outro, do mundo, e são capazes de dar significado e transformar a realidade em que vivem”. Foi observado que o contato das crianças com a música ajuda a suavizar algumas dificuldades causadas pelo autismo, como relacionamento, fixação e isolamento.

Portanto, quando a música é utilizada como recurso de aprendizagem, é possível que as crianças interajam e se comuniquem, o que promove muito o seu crescimento, bem como seu desenvolvimento escolar. Tendo em vista todas as necessidades especiais já mencionadas, devem ser encontradas formas de ajudar e prevenir a exclusão social.

Por meio da educação musical, temos o desenvolvimento integral do ser humano utilizando dos sons, do lúdico, dos instrumentos musicais, desta forma, criando várias possibilidades de aprendizagem, exploração, comunicação, improvisação, como bem salienta Victório (2011, p. 33):

Na educação Musical, o estímulo à pesquisa sonora vinculada ao contexto afetivo do indivíduo, visa à ampliação do universo sonoro, considerando as possibilidades instrumentais, corporais e vocais. Posto que o tocar e o ouvir um instrumento, bem como a voz que fala, canta, imita, inventa, movimentasse no corpo e no ambiente, são elementos de aprendizagem, criação, invenção e ação que motivam e ativam a expressão favorecendo relações em seus diversos níveis.

Segundo Oliveira (2015, MOLNAR SZAKACS; HEATON, 2012), o interesse de pessoas com autismo pela música lhes dá habilidades musicais, fazendo dela um caminho único para o mundo das pessoas com o transtorno. Além disso, de acordo com o mesmo autor, a maioria das atividades musicais são relacionadas a atividades sociais para proporcionar maior interação e convívio, bem como o domínio da linguagem e habilidades motoras.

De acordo com Olivier (2011), para os cérebros de pacientes autistas, a música pode fornecer benefícios porque é possível entender como parte do cérebro capta os estímulos emoções, sentimentos e sensações, sem ter que passar pela área responsável pela razão e pela emoção. É importante notar que o ensino da música, para alunos autistas, traz uma experiência única e que toda pessoa com TEA deveria experimentar.

Convém mencionar que a música consiste, nas palavras de Penna (1990, p. 19), “numa forma de arte, cuja especificidade é ter o som como material básico, caracteriza-se como um meio de expressão e de comunicação”.

Nessa mesma linha de pensamento, indispensável compreender o contexto da educação musical. Iniciemos com Arroyo (2002, p. 18), que define da seguinte forma:

O termo “Educação Musical” abrange muito mais do que a iniciação musical formal, isto é, educação musical aquela introdução ao estudo formal música e todo o processo acadêmico que o segue, incluindo a graduação e pós-graduação; é educação musical o ensino e aprendizagem instrumental e outros focos; é educação musical o ensino e aprendizagem informal de música. Desse modo, o termo abrange todas as situações que envolvam ensino e/ou aprendizagem de música, seja no âmbito dos sistemas escolares acadêmicos, seja fora deles.

De acordo com a definição acima, o termo "educação musical" leva em consideração tanto o estudo acadêmico formal quanto o informal demonstrando uma abrangência. Portanto, pode-se entender que qualquer música que os alunos vivenciam pode ser relevante e analisada na sala de aula, onde os elementos musicais são identificados e reconhecidos.

É importante levar em consideração que existe literatura sobre TEA, grande relação entre pessoas que sofrem deste transtorno e a música. Relata-se que o sentido não verbal da música é a conexão entre os autistas e seus interlocutores, tanto na apresentação de música instrumental quanto num texto cantado.

Sampaio (2015) destaca que os estudos da neurociência têm enfatizado que a

música (instrumental ou canções) é capaz de eliciar respostas, trabalhando o campo das emoções. Mas quando também contribui no processo cognitivo do controle de impulsos e de ações motoras, memória, planejamento, atenção dividida e sustentada. Além disso, deve-se enfatizar que o bom êxito para compreender o processo emocional de estímulos musicais, acontece com mais exatidão, quando a pessoa realmente toca um instrumento musical ou canta, improvisa, exercendo, desta forma, experiências musicais ativas, e não somente a audição musical.

Ainda com as considerações de Sampaio (2015), dentre os prazeres que a pessoa com TEA sente com a música, encontra-se na criação de um estímulo ambiental que não seja ameaçador, como a presença de um dos componentes musicais principais, uma pulsação regular e previsível, que traz sensação de bem-estar.

Em resumo, vincular o TEA à educação musical pode criar um futuro promissor, pela demonstração que ela pode ser uma ferramenta poderosa, desencadeando processos educativos em que a criança com esse transtorno aprende a se expressar melhor, possibilita sua autonomia, contribui para ativar processos conscientes e criativos tanto na aprendizagem cognitiva como na afetiva.

Acredita-se, pois, que as crianças com o Transtorno do Espectro Autista possuem, sim, suas dificuldades e não podemos defini-las. Mas a música, apesar de não resolver todos os sintomas da síndrome, pode beneficiá-las por meio das atividades musicais, desencadeando processos educativos. Conseqüentemente, denota-se, o valor inestimável que a música revela na promoção de melhor qualidade de vida.

Fica evidente que o fazer musical é capaz de propiciar contribuições ao ser humano, e principalmente, àqueles com necessidades especiais, percorrendo um aprendizado muito além do desenvolvimento musical.

2.5 A MÚSICA COMO UM RECURSO PARA PROMOVER INTERAÇÃO SOCIAL DE ALUNOS AUTISTAS

A musicalidade cria uma ponte de motivação entre professores e alunos. Por intermédio da música é possível manifestar ideias, sentimentos e emoções e assim despertar a criatividade nos indivíduos. Dessa forma, é indispensável apresentar aos alunos uma educação musical que os prepare para fazer uso

do som para se expressar, comunicar e perceber.

Para Araújo (2015), a música pode facilitar a relação entre professores e alunos, pois sabemos que a música tem o poder de unir gerações e culturas diferentes e também auxilia no desenvolvimento cognitivo, aprimora o conhecimento e ampara o aluno para que desenvolva funções motoras e intelectuais e contribui para que ele interaja melhor com o seu meio.

Chiarelli e Barreto (2005) afirmam que quando se explora a musicalidade na educação de crianças, elas adquirem gosto pela arte, o que contribui para o seu desenvolvimento global, melhora seu equilíbrio emocional, sua capacidade de socialização, suplementa a sua linguagem, aspectos expressivos e coordenação motora, aumentando sua percepção sonora e espacial e também seu raciocínio lógico.

Pereira e Ferreira (2012) corroboram com esse pensamento quando sugerem que a música está ligada à educação infantil por ter a capacidade de propiciar o desenvolvimento social, psíquico e intelectual das crianças.

Assim sendo, a música torna a aprendizagem mais prazerosa com o aumento da sensibilidade, auxiliando a criança a expressar seus sentimentos, ideias e valores e também contribuído para formar suas bases de comunicação. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) manifesta sinais já nos primeiros anos de vida do indivíduo, sendo notado pelo déficit cognitivo e pela capacidade de comunicação e interação restrita.

A música tem uma importante colaboração no ato de memorizar, concentrar e expressar e isso traz à tona sua essencialidade na educação dos autistas, não só no ambiente escolar, como também nas suas atividades extraescolares, fazendo com que o conhecimento seja aprendido com mais facilidade e com que sua autonomia e criatividade seja afluída. Nesse sentido, Joly (2003) assegura que usar a música como instrumento mediador entre os conteúdos propostos e a real aprendizagem torna possível a inclusão dos alunos com TEA no processo de ensino e aprendizagem.

Nogueira (2003) explica que a música age no cérebro, assim como o exercício físico age nos músculos, ou seja, ela possibilita uma diversidade de estímulos que ocorrem simultaneamente (visuais, auditivos e de tato) e por ter um efeito relaxante estimula a absorção das informações, o que facilita a aprendizagem.

É durante a educação infantil que a criança desenvolve relações de confiança com os adultos, aprende a se individualizar e diferenciar os ambientes saudáveis ou seguros, interage entre si e explora os diferentes ambientes e objetos

através dos seus sentidos, por isso é importante analisar o meio em que a criança vive para proporcionar aprendizados significativos que se adequem à realidade de cada uma delas (BRASIL, 1998).

A procura por parte das famílias de crianças com TEA pela educação musical tem aumentado consideravelmente devido a contribuição significativa e a percepção dos benefícios que o ensino através da música traz às crianças autistas.

Segundo Araújo (2015), musicalizar significa desenvolver a sensibilidade, a expressão e o ritmo na pessoa humana, fazendo com que se torne sensível à música e absorvam os esquemas de linguagem musical, assim ela se torna relevante para o indivíduo, despertando-lhe sensações, instigando a memória e facilitando o aprendizado.

Confluindo, Louro (2006) complementa e destaca que, quando há uma maior interação entre o professor e seus alunos, o processo de assimilação de conteúdo torna-se mais propício e as atividades musicais fazem com que isso seja realizável, ajudando os alunos, principalmente os autistas, a se socializar e encontrar sua autonomia.

Por meio da educação musical, é possível respeitar as singularidades de cada indivíduo, considerando seus fatores socioculturais e suas experiências vivenciadas e com isso, pode-se compreender o processo educativo que reflete sobre o outro e no ambiente.

Com as crianças autistas torna-se necessário identificar as contribuições advindas do ensino através da musicalidade, segundo sua própria perspectiva, que geram conhecimento sobre si próprias, sobre os outros e sobre o mundo em que vivem, tornando-se capazes de transformar sua realidade individual (JUSTINO, 2017). A influência da música no desenvolvimento humano é tema de estudos há anos. A música, como parte crucial da cultura mundial, é utilizada de diversas maneiras e está presente em todas as etapas da vida.

O crescimento da criança pode ser afetado, físico e intelectualmente se ela é exposta a sons musicais desde a tenra infância. Nesse sentido, Nogueira (2003) descreve a música como linguagem universal que transpõe o tempo e o espaço e é uma grande aliada no ensino de crianças com deficiências intelectuais, pois estimula a cooperação, união e como já foi dito anteriormente, a comunicação.

Quando se utiliza a musicalidade, no processo de ensino e aprendizagem, é trabalhada através da voz, dos instrumentos, da dança e dos movimentos. São

usados, também, os sons musicais, para que as crianças consigam identificar e diferenciar o que estão ouvindo e assim descrever, sendo aplicados métodos de acordo com a idade dos alunos, bem como suas capacidades.

A musicalização acontece desde muito cedo na vida das pessoas, antes mesmo do nascimento, o bebê já se familiariza com os sons externos, mesmo dentro da briga da mãe e isso influencia posteriormente seu desenvolvimento motor, a sua sensibilidade auditiva e também sua sociabilidade. Ante o exposto, Brito (2003) confirma que a música torna mais fácil e eficaz a relação entre as pessoas, a compreensão e o compartilhamento de emoções.

Além disso, a educação musical prepara os alunos para interpretar elementos básicos da linguagem musical de forma crítica e consciente. Para a criança autista, a música pode ser um dos meios de maior importância para que descubra a interação necessária ao seu desenvolvimento. Assim, cantar e tocar canções em grupos escolares, familiares ou entre amigos cria vínculos de convivência entre a criança e o seu meio social. A música é um caminho repleto de privilégios quando se busca o convívio social, favorece o autocontrole e integra os grupos de forma lúdica.

No cotidiano da Educação Infantil, as atividades musicais estão presentes na formação dos hábitos e comportamentos das crianças, nas festas escolares e na memorização de letras, números e cores, mas a riqueza da linguagem musical não é aproveitada de maneira intensa para aperfeiçoar o desenvolvimento afetivo, cognitivo e o raciocínio das crianças diante de suas mais diversas dificuldades (PEREIRA; FERREIRA, 2012).

Os autistas demonstram sempre estar alheios ao que se passa ao seu redor e ainda têm o seu potencial questionado pela sociedade. A possibilidade de existir algo que os faça serem capturados por uma experiência intensa e profunda que os traga para fora de si mesmos, levando-os a interagir com os outros e com o meio tornaria mais fácil o desenvolvimento das suas capacidades e é dessa forma que a música se torna fulcral para vida dessas pessoas.

Para que a música contribua na formação escolar de crianças com TEA é necessário que o educador utilize uma grande variedade de atividades e diversos tipos de músicas. Entoar canções, dançar, movimentar o corpo de acordo com os ritmos, ouvir melodias, manusear instrumentos, ouvir e reconhecer canções, elaborar rimas, participar de jogos musicais e mímicos e compor devem fazer parte dessa educação musical que promove o gosto pela musicalidade e estimula a

identidade musical. Nesse caminho, Araújo (2007), formaliza essa ideia quando afirma que os diferentes tipos de atividades envolvendo música permite que o indivíduo compreenda a linguagem artística como uma dimensão de sua identidade contextualizada em seu ambiente natural de socialização.

Por fim, Romanelli (2009) conclui que a ligação da música com outras áreas de conhecimento possibilita uma abordagem interdisciplinar e favorece o processo de ensino aprendizagem como um todo, a música, apesar de não resolver todos os sintomas da síndrome, pode beneficiar as crianças por meio das atividades musicais, desencadeando processos educativos. Consequentemente, denota-se, o valor inestimável que a música revela na promoção de melhor qualidade de vida. Fica evidente, que o fazer musical é capaz de propiciar contribuições ao ser humano, e principalmente, àqueles com necessidades especiais, percorrendo um aprendizado muito além do desenvolvimento musical.

Portanto, quando a música é utilizada como recurso de aprendizagem, é possível que as crianças interajam e se comuniquem, o que promove muito o seu crescimento, bem como seu desenvolvimento escolar. Também podemos relatar que quando a criança está em contato com a música, seja de qual forma for, ou seja, o que for melhor para ela, os benefícios são inúmeros, podendo despertar emoções e auxiliando na interação social. A música auxilia na comunicação, facilitando a demonstração dos sentimentos, o que possibilita uma comunicação e também o descobrimento de suas próprias emoções, além de proporcionar uma adaptação significativa, a música é capaz de unir pessoas.

Foi possível, por meio da leitura de artigos, compreender que a música auxilia no desenvolvimento da criança no ambiente escolar, através de atividades pedagógicas, utilizando a música de formas diversificadas, através das brincadeiras, podemos identificar que a música faz parte da nossa vida, em nosso cotidiano.

Na escola pesquisada, não é muito comum a prática da música junto às atividades desenvolvidas, o que nos permitiu apresentar de forma significativa nosso projeto, sendo ele aceito por todos e apoiado pelos professores.

Nosso produto final uma banda, para que através da música ocorra interação dos alunos autistas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para ampliar esta pesquisa, foram percorridos caminhos importantes e utilizados alguns mecanismos que a conduziram. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética, possibilitando o andamento da pesquisa. Assim, apresentamos, a seguir, a trajetória, que consistiu na coleta e análise dos dados, em que foram inseridos materiais que favoreceram a criança, possibilitando novos significados, como por exemplo, instrumentos musicais: tambor, flauta, prato, chocalho, entre outros. Com auxílio desses, identificamos uma melhor interação social do aluno com seus colegas de sala de aula e sua professora, tal estratégia, possibilitou, de forma significativa, um alcance para melhor compreensão por parte da criança, a mediação desses instrumentos permitiu que aprimorasse sua coordenação motora, e foi possível perceber, por meio de muita observação, que no início ele estava resistente, mas ao longo dos dias ele se soltou e curtiu bastante, interagindo com todos, inclusive sorrindo várias vezes.

As abordagens foram realizadas através de entrevistas semiestruturadas com as pessoas envolvidas no estudo de caso, como a professora regente, o professor de educação física, a cuidadora e a avó do aluno, a fim de coletar informações importantes no processo para melhor desenvolvimento da pesquisa. Ampliamos nossa produção através de registro dos dados com a observação que, para Moreira e Caleffe (2005, p.205), trata-se de um tipo de observação que:

[...] proporciona estudos mais aprofundados que podem servir a vários propósitos úteis, em particular para gerar novas hipóteses, assim como a entrevista não estruturada, poderá seguir direções inesperadas e, assim proporcionar ao pesquisador novas visões e ideias (MOREIRA; CALEFFE, 2005, p. 205).

A observação tem como objetivo melhorar o entendimento, por parte do pesquisador, em relação ao convívio social dos participantes do estudo, utilizando um protocolo de observação que traz o nome em nossa pesquisa de “diário de campo”, tais observações visam buscar e investigar aspectos relacionados com o comportamento do aluno em questão, descrição das atividades desenvolvidas em sala de aula junto às aulas de matemática e educação física, análise das reações do aluno diante das atividades propostas pela professora titular, análise das entrevistas e respostas obtidas através delas, aplicadas aos envolvidos neste estudo de caso, enfocando os materiais manipulativos e jogos como motivador do processo ensino-

aprendizagem do aluno incluído no ensino regular também foi acompanhando pela pesquisadora o atendimento da criança na sala de recurso, para obtenção de mais clareza nos resultados obtidos.

Essas observações foram realizadas em sala de aula, focando em seu comportamento com os demais colegas e também com sua professora, tentamos absorver o máximo de informações possíveis, em meio às atividades em sala de aula e também junto às aulas de educação física, como sua coordenação motora e também seu comportamento em situações que fogem de sua zona de conforto, como barulho de apito do professor, um ambiente menos silencioso.

Foi possível também observar o aluno no horário do recreio e percebemos que em sua maior parte fica com a cuidadora, em um lugar específico todos os dias, não é muito de interagir com os demais. Até no horário da merenda ele prefere ficar em um lugar onde se sente melhor. Nossa pesquisa baseou-se de forma qualitativa e exploratória, com abordagens visando compreender de maneira detalhada o assunto escolhido, foi realizada uma pesquisa de campo com a mãe do aluno em questão, a professora regente, a cuidadora e o professor de educação física.

A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa como base metodológica. Nessa abordagem:

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

Ante o exposto, Creswell (2010, p. 38) diz que se trata de uma estratégia investigativa “em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos”.

Para o autor, a proposta qualitativa de pesquisa visa o aprofundamento da compreensão de uma determinada questão, sendo capaz de identificar e analisar dados não passíveis de mensuração numérica (GIL, 2014). Identificamos que o método de pesquisa que se adequaria de forma mais eficaz nesta investigação seria o estudo de caso, tendo em vista que esta procura entender e descrever atitudes e concepções dos sujeitos a serem pesquisados, por meio de entrevistas abertas com trocas de experiências com as pessoas envolvidas neste processo.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, para embasamento da pesquisa,

utilizamos, Yin (2001) estabelecendo que o estudo de caso possa ser entendido como um método amplo, que evidencia uma averiguação empírica, sendo realizada por meio de entrevista semiestruturada, coleta e análise de dados, observação participativa, compreendendo um único caso, caracterizado pela abordagem qualitativa.

Yin (2005) considera o estudo de caso como causais/ exploratórios ou descritivos. O atual estudo de caso será “descritivo”, pois possibilita ao investigador descrever os fatos ocorridos dentro do seu contexto real.

3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Foram pesquisados familiares da criança - que atualmente tem 9 (nove) anos e está matriculada na Escola EMEIF “Pluridocente Mineirinho” na área rural do interior do Município de Presidente Kennedy- ES, que é identificado pelo nome de Davi¹, a professora regente, o professor de educação física e a cuidadora.

Este aluno possui um laudo de autismo apresentado pela sua avó junto à escola, para que o aluno Davi tenha direito a uma cuidadora, para auxílio nas aulas.

O aluno mora um pouco distante da escola tendo que se locomover de ônibus da sua casa, o que faz com que ele chegue à unidade de ensino já um pouco agitado. Davi¹ nasceu em meio a um ambiente conturbado e bem complicado de dependência química, mora desde que nasceu com seus avós, por quem foi criado. A responsável, uma pessoa idosa, com pouco estudo, mas com carinho e amor.

A professora regente é formada em pedagogia pela UNIRIO (2008), pós-graduada em gestão integrada e educação inclusiva, atua como professora desde 1995. Com uma vasta experiência com educação especial, além de pós-graduada em Educação Especial.

A avó de Davi é uma senhora de pouco estudo, porém de muito amor e quando a criança tinha meses de nascido entrou na justiça para solicitar a sua guarda, pois informou que a mãe da criança não tinha condições de criá-la por ser dependente química. Relatou, ainda, que a criança faz uso de tranquilizantes, pois é bem agitada, disse também que no momento não está fazendo acompanhamento médico, em função da pandemia, não consegue marcar as consultas com os especialistas, ficando assim mais difícil para ela.

Relatou também que foi orientada a procurar uma fonoaudióloga para

que auxiliasse no desenvolvimento da criança e a escola se comprometeu em encaminhar Davi para acompanhamento com a equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação.

3.2 AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa ocorreu no município de Presidente Kennedy interior do Espírito Santo, em uma escola da zona rural, situada na localidade de Mineirinho a 12 Km da Sede. A Escola “EMEIEF Pluridocente Mineirinho” é pequena, possui 03 (três) salas, 02 (dois) banheiros e um pátio com brinquedos de um parquinho, que contempla do PRÉ I ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino, com 59 alunos no geral. A escola não possui sala de AEE, por isso a necessidade do encaminhamento do aluno para a equipe multidisciplinar para acompanhamento.

O corpo pedagógico e administrativo é composto por: 06 (seis) professores regentes, 01 (um) professor de educação física, 01 (uma) professora de artes, 01 (uma) coordenadora, 01 (uma) cozinheira, 01 (uma) auxiliar de limpeza, 02 (dois) cuidadores. O ambiente escolar é bem aconchegante, a turma do aluno pesquisado tem 09 (nove) alunos é uma turma tranquila e bem acolhedora, carente de carinho.

3.3 MATERIAIS E MÉTODOS

As entrevistas foram realizadas com questionários abertos e conversas com os envolvidos diretamente na pesquisa, visando o máximo de informações que possibilitem um maior conhecimento sobre os envolvidos e o assunto aqui apresentado. Também foi utilizado alguns instrumentos de música como violão e aparelho de som com músicas aplicadas no início das aulas, no horário da merenda, além de um momento específico só com músicas que poderá ocorrer através de rodinha para uma melhor interação entre os alunos. Trabalhando em forma de uma banda com instrumentos musicais contendo flauta, chocalho, bumbo, prato entre outros, foram oportunizados momentos de ensaio com as crianças, trabalhando duas vezes por semana nessa bandinha, que recebeu o nome de “Bandinha da Felicidade”.

Foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de uma revisão de literatura como forma de somar mais conhecimento sobre o assunto tratado nesta pesquisa, com leitura de teses, dissertações e artigos, vimos que a música oferece

muitos benefícios para crianças com autismo, como exemplo a socialização, uma melhor aprendizagem e interação, fazendo, assim, com que estas crianças não se sintam excluídas no meio escolar e social. Além disso, a concentração, expressão corporal, aprimoramento da linguagem, desenvolvimento da criatividade e melhor rendimento nos conteúdos curriculares também são pontos apresentados nos estudos. No segundo momento, foi possível realizarmos a revisão bibliográfica ressaltando autores que contribuíam positivamente com esta pesquisa, a fim de agregar conhecimentos e embasar o tema em questão.

3.4 SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia de investigação utilizada é de natureza qualitativa composta por uma criança, recorrendo a um estudo de caso, com diagnóstico de Espectro do Autismo, a frequentar o ensino fundamental regular com idade de 9 anos. Para a obtenção de informações recorreremos a algumas técnicas análise documental, entrevistas e observação dos sujeitos envolvidos.

A pesquisa ocorreu com uma abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso, a fim de aprofundar o conhecimento sobre um assunto específico de um aluno autista no que diz respeito à dinâmica das relações e, por meio de procedimentos específicos, ter a possibilidade de interpretar os dados produzidos durante esta etapa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

São relatados, a seguir, os resultados das entrevistas de todos os envolvidos nesta pesquisa, por meio de informações coletadas e conversas, a fim de agregar positivamente as informações. As entrevistas ocorreram de forma semiestruturada, para obter mais informações sobre o aluno pesquisado e dar mais eficácia à pesquisa.

A presente pesquisa aborda especificamente como a criança autista desenvolve sua linguagem quando entra em contato com a musicalização. Para tanto, é preciso conhecer mais profundamente quais os comportamentos e desenvolvimentos de uma criança autista, a fim de poder fazer inferências de uma possível interação e propiciar um melhor desenvolvimento de sua linguagem.

Além disso, foi necessário abordar de que forma a musicalização poderá favorecer o desenvolvimento da linguagem da criança autista, abordando como a música e a prática pedagógica que faz uso deste recurso, sendo por meio da brincadeira, do lúdico ou os materiais e procedimentos adequados são considerados recursos para favorecer a aprendizagem da criança. Dessa forma, a seguir é realizada uma análise de alguns autores que abordam os assuntos principais desta pesquisa.

4.1 ANALISANDO AS ENTREVISTAS

A avó de Davi, aluno do 4º ano do ensino fundamental, relatou que ela criou Davi, devido à sua mãe passar por problemas de dependência química, passava por problemas de instabilidade diária, não sendo possível a criação da criança.

[...] Meu neto é tudo na minha vida, sou uma pessoa de pouco estudo, mas muito amor e carinho, pelos meus.

Na entrevista, a avó de Davi relatou abaixo quando percebeu que o neto era autista:

Então, quando ele foi para a escola, devido a observação dos professores, fui chamada na escola e orientada a procurar um médico especialista, embora eu não saiba muito sobre o assunto, sou muito preocupada com ele e se disserem para eu levar no médico eu levo. E foi o que fiz e depois de muitas consultas, eles falaram que ele era autista, confesso que não sabia nem que tinha isso, o que era autismo, mas aos poucos fui entendendo um pouco, a escola e os professores me ajudaram e ajudam muito até hoje.

Em conversa com a avó de Davi, perguntamos o que ela pensava ou achava

do processo de inclusão de seu neto no ensino comum?

Fico feliz por ele está com todo mundo.

Para Mantoan:

A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. Sua posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada (MANTOAN, 2006, p. 26).

A criança com autismo tem como característica comportamental a fixação em determinados constructos. Elas não são teimosas, têm resistência às mudanças, de uma forma geral.

Em conversa informal, identificamos que o aluno gosta de música, tanto de ouvir, cantar e tocar, determinados instrumentos que a escola tem, pois possui uma bandinha. Sua avó relatou que ele está muito feliz com essas atividades com música na escola. Ela informou ainda que não tem condições dele realizar atividade em casa, pois ela não sabe ensinar, mas auxilia no que pode, sempre se esforçando muito.

Uma fala que nos chamou atenção, foi quando ela (avó) disse que depois que ele começou a participar da bandinha e dos ensaios, ele mudou muito, está mais calmo, alegre, relatou ela dizendo que ele fica (cantarolando) pelos cantos e tudo que vê fica fazendo de “bатуque”. Espero que daqui para frente ele e a música sejam unidos.

Em conversa com a professora regente, licenciada em pedagogia e Pós Graduada em Educação Especial e Gestão Integrada, atualmente está cursando Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação, pela Faculdade Vale do Cricaré. Atua há 26 anos na educação. Quando perguntada sobre o processo de inclusão do aluno autista, relata que sobre a inclusão, ela busca conhecer mais sobre o assunto, e ter uma perspectiva inclusiva e que é preciso de nós professores, nos prepararmos para trabalhar com alunos autistas isso já é um importante começo. Aliado a isto, a busca de estratégias metodológicas de interação e desenvolvimento de todos os alunos deve ser alvo constante de uma escola inclusiva.

Quando questionada se acredita que os alunos com autismo se beneficiam por estarem incluídos em classes comuns, sua resposta foi:

[...] Depende da forma como serão inseridos.

O objetivo da educação especial é reduzir as barreiras que impedem as crianças de receber educação. Os indivíduos realizam atividades adequadas e participam plenamente da sociedade (NIELSEN, 2003).

Contudo, qual seu conhecimento sobre o autismo?

[...] É uma condição de saúde caracterizada por déficit na comunicação social (socialização e comunicação verbal e não verbal) e comportamento (interesse restrito ou hiperfoco e movimentos repetitivos).

O método mais comumente utilizado no processo educacional de crianças autistas é o Montessoriano, método de Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação (TEACCH) e cursos funcionais. O método de Montessori, fornece suporte educacional para crianças com autismo.

Ao ser questionada de como professora regente, quais metodologias você utiliza para ensinar o aluno com autismo, a resposta foi:

[...] Propor atividades baseadas no interesse do aluno. Utilizar jogos e música. Propor atividades que estimulem o pensamento lógico. Utilizar linguagem objetiva. Utilizar abordagens sensoriais.

A escola possui como princípios pedagógicos a crença de que a educação escolar possibilita a ampliação da construção do pensamento, para além da acumulação do conhecimento. Acreditamos ainda que as competências fundamentais para o enfrentamento dos desafios de uma sociedade em transformação são as capacidades de compreender problemas, criar soluções, argumentar, relacionar conhecimentos e aprender permanentemente.

Em conversa, procurando aprimorar e identificar como sua prática pedagógica contribuiu para o desenvolvimento e aprendizado do aluno com autismo, a professora respondeu que:

[...] Essa é uma tarefa desafiadora, mas é importante que cada profissional da educação tenha plena convicção de seu importante papel na busca do respeito às diferenças e de uma sociedade mais justa e humana.

Os objetivos principais do tratamento e da educação de uma criança com autismo são reduzir os comportamentos mal adaptativos e promover o aprendizado, principalmente a aquisição de linguagem, do autocuidado e de habilidades sociais (MARTINS, 2003).

De que forma a música pode auxiliar o desenvolvimento social do aluno autista em sala de aula? Qual recurso você utiliza para diversificar as aulas?

[...] Para mim a música vem como uma maneira de unir as pessoas, e também uma forma positiva de ser trabalhada visando, fazer com que haja uma interação e assim possa ocorrer uma melhor aprendizagem. Utilizo em minhas aulas música e confeccionei um tapete com várias texturas, que possa seja atraente, pela cor, pela função investigativa, onde o aluno consiga modificar e interagir, sentir e explorar os sentidos sensoriais.

Araújo (2015) afirma que, como prática pedagógica, a música pode ser utilizada, formando uma ponte entre professores e alunos. A Educação e o cuidado promovem relações interpessoais, e a música pode ser usada para promover a comunicação entre crianças e educadores, porque sabemos que a música une culturas e gerações, reduz as relações interpessoais e abre uma gama de oportunidades de desenvolvimento cognitivo, além de auxiliar na conquista e melhorar o nível de conhecimento, para que os alunos possam realizar melhor as suas funções motoras e intelectuais, além de interagirem melhor com o meio ambiente.

Em entrevista com o Professor de Educação Física, ele relatou ser Graduado em Educação Física e pós-graduado em Educação Física escolar com ênfase em ludicidade. Atua na profissão há 11 anos.

Quando questionado sobre o processo de inclusão do aluno autista, o professor respondeu que:

[...] O sistema tem procurado melhorar a vida do aluno geralmente contemplado com uma professora de apoio, para que ele possa acompanhar a aula e que o orienta nas atividades propostas pela regente. Durante as aulas de Educação física o mesmo consegue participar sem o auxílio da professora de apoio.

Sobre seu conhecimento sobre autismo, o professor informou que:

[...] Meu conhecimento sobre o autismo não é aprofundado, porém com o decorrer de minha vida profissional e minha experiência, tive alguns alunos e pude observar que se trata de um transtorno genético e o comportamento varia de aluno para aluno dependendo do seu grau que pode mudar de grau 1 considerado leve até o severo.

Já em observação e entrevista com o professor, para melhor compreender como era a interação social do aluno pesquisado, junto às aulas de educação física.

[...] O aluno participa de todas as atividades propostas principalmente quando se trata de musicalização, porém se contrariado ele se isola.

Seu planejamento é pensado visando a interação dos alunos autistas?

[...] O meu planejamento é pensado para todas as crianças tendo em vista que o aluno autista pesquisado, acompanha as atividades. Vale ressaltar que a professora regente contribui com sugestões de brincadeiras que envolvam música tendo em vista que é algo que o interessa e tais atividade lúdicas quando realizadas agrada a toda a turma.

Como Snyders (1992,) apontou, a musicalização pode melhorar os alunos partindo do pressuposto de que as habilidades e a sensibilidade dos alunos podem ser reconhecidas e reveladas.

O que você pensa do seu trabalho com aluno com autismo?

[...] Acredito que o meu trabalho se tratando de um autista que não seja severo é bem-sucedido, porém já tive alunos com o grau alto que mesmo tentando fazer com que ele se acompanha o mesmo demonstrou muita dificuldade nas aulas ministradas.

Por meio de uma conversa sobre o trabalho em equipe, ressaltamos que se faz de forma homogenia onde há um diálogo, visando um melhor desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo, desta forma, buscando o melhor para seu processo de aprendizagem.

Em entrevista, a cuidadora do aluno Davi, relatou possuir uma vasta competência, pois já atua na educação há 8 anos, e possui muita experiência na área de educação especial. A mesma falou ainda que o sistema tem avançado um pouco, o que nos leva a acreditar em uma educação igualitária.

Quando perguntada sobre acreditar que os alunos com autismo se beneficiam por estarem incluídos em classes comuns, a resposta foi:

[...] Acredito que sim, socializando com outras crianças.

Contudo, para Araújo (2015), a música pode facilitar a relação entre professores e alunos, pois sabemos que a música tem o poder de unir gerações e culturas diferentes e também auxilia no desenvolvimento cognitivo, aprimora o conhecimento e ampara o aluno para que desenvolva funções motoras e intelectuais e contribua para que ele interaja melhor com o seu meio.

Afim de contribuir com nossa pesquisa, seguimos nossa entrevista, questionando sobre o que “a cuidadora” sabe sobre autismo.

[...] Autismo é um distúrbio, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) manifesta sinais já nos primeiros anos de vida do indivíduo, sendo notado pelo déficit cognitivo e pela capacidade de comunicação e interação restrita.

Já quando questionada sobre o como o aluno em questão interage socialmente com os demais alunos.

[...] Sua resposta foi que é um menino muito bom, porém as vezes fica nervoso, quando as pessoas ou os colegas não fazem o que ele quer.

Mediante as entrevistas realizadas e os posicionamentos dos envolvidos na pesquisa, visamos embasar nosso estudo com algumas discussões relacionando ao tema. Farrell (2008) relatou umas características bastante relevantes do autista que são: não compreender a comunicação, demonstrar pouco interesse com os demais, dependendo do grau podem demonstrar dificuldade na interação.

Já para Cipriano e Almeida (2016), o brincar com a ludicidade remete a benefícios para as crianças com autismo, auxiliando nos vínculos afetivos gerando relações profundas, diversificando sua comunicação, contribuindo com uma melhoria de seus sentimentos afetivos.

O lúdico, quando utilizado através da música como ferramenta, visando auxiliar a interação do aluno autista com os demais colegas, vem de encontro com nosso propósito de proporcionar interação através de formas criativas e prazerosa aos envolvidos.

A música, inserida em momentos nas aulas, potencializa o planejamento e a execução de atividades diversificadas, visando a socialização da criança, por intermediário de diversas atividades, proporcionando desenvolvimento corporal, linguístico e emocional. É possível brincar, interpretar, socializar, tudo utilizando a música como ferramenta de apoio ao contexto escolar. Também podemos identificar suas diferenças, particularidades e interesse de cada um, o que para nós educadores é de extrema importância, para alcançar êxito no que foi proposto, e que aos poucos com observação vamos identificamos cada especificidade de cada aluno, pois uns se identificam com um tema específico, outro com outro tema, cabe ao professor incentivar e propor aulas dinâmicas para motivação dos alunos.

Em se tratando da importância da utilização da música como ferramenta no ensino de crianças com autismo, é importante frisar que ela se faz presente e

acessível a todos, sem importar sua classe social e a condição orgânica da pessoa, o que, por sua vez, proporciona trabalhar diferentes temas e conteúdos.

4.2 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES

É importante perceber que as relações sociais dos alunos com os demais geram na compreensão social (Hohmann e Weikart, 2011), sabemos que é através da idade inicial que as crianças começam a identificar o mundo como ele é, e, com isso, se constroem relações, visando a construção de ações em conjunto.

Para Borsa (2007), é através das interações sociais, desde o nascimento que o ser humano começa se desenvolver e manter relações uns com os outros e avança como ser humano, pois o autor acima acredita que seja pelo convívio com o meio que o indivíduo estabelece uma interação, mesmo que ocorram mudanças no decorrer do tempo.

Seguindo o mesmo pensamento, Bresler (2000) nos orienta que a investigação qualitativa, quando executada pela análise dos dados, precisa obedecer a forma como foram coletados, não fugindo da sua forma coletada, sendo então uma pesquisa descritiva. Assim, como propósito, envolve-se essa abordagem, uma vez que trataremos de estudar o cenário natural onde se encontra o aluno autista, observando os detalhes que cercam os movimentos do aluno autista no ambiente da escola, suas condutas, como chega e sai da sala de aula, percebendo seus gestos, com quem se comunica, sensível aos detalhes do meio que o rodeia.

Podemos dizer que nas nossas observações, foi possível vivenciar o crescimento através da interação do aluno pesquisado com os demais alunos, e também com os outros funcionários da escola. Já, na implantação da “bandinha feliz”, no primeiro momento foi possível perceber que o aluno ficou um pouco tímido, mas foi muito bem recebido por todos, o que proporcionou uma ótima interação entre eles.

No primeiro contato com os instrumentos, o aluno ficou bastante feliz e contente, foi possível perceber sua alegria em estar ali participando desse momento. Escolheu um instrumento primeiro, olhou, olhou tentou tocar e depois não quis mais, ai foi e pegou outro para tocar. E assim foi, trocando, olhando e tentando experimentar todos até saber qual seria o que se identificaria. Percebemos que houve uma ótima interação entre os alunos, a ponto de quando o mesmo faltou um dia, eles ficaram preocupados do motivo e logo quiseram saber, o porque ele não foi e o

instrumento utilizado por ele ficou parado sem ninguém mexer.

Foi possível perceber que a utilização da música envolve os alunos de uma forma significativa, gerando conversas, risadas, apoio quando um não consegue tocar direito, ou erra, aí vem o outro e o ajuda. Observa-se

Neste contexto, em minhas observações realizadas nas aulas de musicalização com a professora Clarissa, percebe-se o quanto Tiago manifestava emoções ao estímulo da música, tanto no exemplo do chocalho, quanto, em outro exemplo, quando ouvia uma música de festa junina e andavam no ritmo da música em roda. Ele andava na roda, mas algumas vezes, distraía e parava olhando a janela com o dedo na boca e logo depois, quando a professora chamava ele pelo nome e batia as clavas (instrumento de percussão) no ritmo da música, ele voltava para a roda e ruminava como algo que estava agradável e batia as clavas. Clarissa, no momento em que ele ruminava, disse que esta era uma reação que ele estava feliz. Observa-se que a música, o som, atraem ele e se comunica e demonstra emoção.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Após observação e troca de experiência com os professores da escola citada nesta pesquisa, o objetivo desta “bandinha” como chamada pelos próprios alunos, se configura como uma cartilha para apresentar a importância de acrescentar a música nas aulas, através de brincadeiras, a fim de promover a inclusão e interação do autista com os colegas. Foi possível, a cada atividade trabalhada, visualizar e entender o quanto a música é capaz de alcançar espaços, diminuindo as dificuldades e alcançando os objetivos traçados, para um melhor aproveitamento das atividades.

A escola também contava com alguns instrumentos de música que estavam parados, sem utilização, como: flauta, bumbo, pandeiro, chocalho, prato, etc.

Em conversa, na escola, com os professores e a diretora, a fim de obter mais informações, podemos dizer que a música contribui para uma melhor interação dos alunos, que se envolveram de uma forma agradável e tranquila.

A partir dos resultados e discussões desta pesquisa, objetivando demonstrar a importância da música como ferramenta para que alunos autistas pudessem interagir com os demais colegas.

A escolha do nome “Projeto Bandinha Feliz” foi dada pelos próprios alunos que, após o primeiro contato com os instrumentos musicais, conheceram e se identificaram, cada um com um.

O primeiro passo foi esse contato da criança com o instrumento, para uma identificação e autonomia de saber qual seria o instrumento que levaria mais jeito na hora de tocar. O projeto está funcionando da seguinte forma: todas as terças-feiras ensaiamos com as crianças duas músicas, escolhidas e pensadas de acordo com os temas trabalhados pela professora regente, a fim de somar com as aulas administradas.

Também já ficou acordado com a escola que em datas especiais a banda se apresentará, pensamos também em agendar visitações nas escolas vizinhas a comunidade para apresentar o Projeto, para um possível intercâmbio.

A sugestão é que essa proposta saia da nossa escola e ganhe o município de Presidente Kennedy. Assim, espera-se que esta iniciativa possa contribuir com outras realidades do referido município. Buscamos, portanto, com este produto, incentivar e apresentar uma forma diferente e motivadora que possam potencializar conhecimentos aos alunos na prática, e ainda motivá-los a avançar

significativamente, promovendo práticas com dinamismo e criatividade.

O Projeto “Bandinha Feliz” funciona uma vez por semana, durante duas horas, no período matutino, com ensaios de músicas diversificadas, a fim de trabalhar a igualdade, interação e inclusão, através da utilização da música, para uma melhor absorção dos temas trabalhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou demonstrar a importância da música para alunos autistas em escolas municipais no ensino fundamental. Podemos dizer que o tema desenvolvido possui relevância para todos os envolvidos nesse contexto. Na busca bibliográfica, foi possível identificar os benefícios alcançados com a utilização da música com alunos autistas.

A socialização é um exemplo de vantagem da música, a interação entre os alunos também se destacou significativamente no decorrer da busca pesquisada. Identificamos que a professora já utilizava esse recurso em determinados pontos específicos na aula, e identificamos que o aluno pesquisado se sentia bastante à vontade com tal metodologia.

Conforme apresentado nos resultados, podemos dizer que a música, quando utilizada como ferramenta de ensino e aprendizagem, contribui significativamente com o desenvolvimento social dos autistas. Nosso produto final vem para mostrar que não é necessário experimentos mirabolantes e sim o simples, que funciona, por meio de uma bandinha montada com alunos e instrumentos da própria escola.

Após pesquisas, leituras e observação foi possível compreender que a música é uma importante ferramenta a ser utilizada em sala de aula com alunos autistas, podendo colaborar significativamente com o desenvolvimento estudantil. Para Gattino (2012), as pessoas com autismo, em sua maioria, dependendo do grau do transtorno, possuem uma boa capacidade e tendem a contar com uma alta capacidade para percepção de melodias, além de que, em função do contato com a música, conseguem relacionar emoções e sentimentos. Percebemos que os inúmeros benefícios da música, no ensino e aprendizagem, é também um grande aliado quando se fala de interação de alunos autistas, quando utilizada com a perspectiva de proporcionar esses momentos. Também foi possível, por intermédio da observação no decorrer dessa pesquisa, que a música era utilizada em determinados momentos nas aulas, porém pouco e em contextos bem específicos, por exemplo: no início das aulas e na hora de ir para o recreio. Em diálogo com os professores da escola, foi identificado que utilizam a música em datas comemorativas, por meio de ensaios e apresentações.

Para Débora (2016), a música é uma oportunidade de atrair crianças autistas, sendo utilizada como uma ferramenta facilitadora de aprendizagem e também de

interação. Vale ressaltar que a música, quando utilizada de forma correta, traz benefícios, proporcionando um bem-estar, auxiliando em tratamentos e convívio entre as pessoas.

Já o processo de implantação da “Bandinha Feliz”, como é chamada na escola, ganhou uma grande proporção, devido o número de crianças querendo participar dos ensaios, que começaram utilizando uma aula por semana e já estamos estudando a possibilidade de passar os ensaios para duas vezes na semana. Foi possível identificar a importância da música para alunos com autismo e os benefícios que a mesma pode proporcionar, para que ocorra interação e também um relacionamento afetivo com os demais colegas, por meio de conversas informais, de troca de experiências e ideias sobre como a música auxilia no contexto escolar com alunos autistas, por isso nossa experiência foi positiva.

Portanto, a música é um auxílio eficaz a ser trabalhado com alunos autistas, e foi possível, através desse projeto e dos resultados analisados, verificar que a música contribui na interação do aluno e seu convívio social com os demais, oportunizando uma resposta positiva por parte dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, M; ALDA, J; GEWANDSZNAJDER F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In **O método nas Ciências Naturais e Sociais**. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, pp.147--178, 1998.

ALVES, M; ALDA, J; GEWANDSZNAJDER, F. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n.129, Rio de Janeiro, set./dez. 2006.

ARAÚJO, K. K. S. **A contribuição da música para o desenvolvimento e aprendizagem da criança**. 2015.

[https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/acontribuicao da música para desenvolvimento e aprendizagem da criança.htm](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/acontribuicao%20da%20m%C3%BAsica%20para%20desenvolvimento%20e%20aprendizagem%20da%20crian%C3%A7a.htm). Acesso em: 09 out.2020.

ARROYO, Margarete. Educação musical na contemporaneidade. In: **Seminário nacional de pesquisa em música da UFG**, 2002, Goiânia. Anais. Goiânia: UFG, 2002. v. 2, p. 18-29.

BERTOLUCHI, M. A. Autismo, musicalização e musicoterapia. In: **Artigos meloteca. Pirassununga**: Centro de Estudos e Desenvolvimento do Autismo e Patologias Associadas – CEDAP, 2011.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994, pp. 15-80.

BOSA, C; CALLIAS, M. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre, v.13, n.1, 2000.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF: 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04 de abr. 2022.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília-DF: 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04 de abr. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 20 de set. de 2021.

BRASIL. **Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Brasília-DF: 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF: 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 4 abr. de 2022.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília-DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 de set. De 2019.

BRASIL. **Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília-DF: 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Nota técnica 24, de 21 de março de 2013.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Assunto: Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei no. 12.764/2012. Brasília-DF: 2013 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192. Acesso em: 04 de abr. de 2022.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e Educação: Reflexões e Proposta de Intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

BORSA, J. C. **O papel da escola no processo de socialização infantil.** 2007. [Online: <http://www.psicologia.com.pt>].

BRESLER, LIORA. Metodologias qualitativas de investigação em Educação Musical. In: **Revista Música, Psicologia e Educação.** Porto n.2, p.5-30, 2000.

BRITO, T. A. D. **Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança.** São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.

CARDOSO, S. H; SABBATINI, R. M. Aprendizagem e mudanças no cérebro. Cérebro e Mente [**Revista eletrônica**], v.11. Universidade Estadual de Campinas, out./dez. 2000.

CHIARELLI, L. K. M.; BARRETO, S. J. **A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental:** a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. **Revista Recre@rte**, n.3, 2005.

CHIOTE, F. A. B. **A Mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil.** Espírito Santo, 2011.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v.16, n (2), pp. 221-236, CIEd - Universidade do Minho, 2003.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar.** Ideias e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

CUNHA, E. **A experiência de Matheus, um aluno autista, na escola.** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/experienciamatheus-aluno-autista-escola-482092.shtml> Acesso em: 26 mar. 2016.

FERREIRA, H. G. *et. al.* Políticas públicas da educação especial e protagonismo: uma leitura fenomenológica- crítica sobre duas diretrizes do atendimento educacional especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.5, nº 2, p. 241-252, jul. dez., 2018. Disponível em: <http://200.145.171.5/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/issue/view/522> Acesso em: 18 ago. 2020.

HOHMANN, M.; WEIKART, D. (2011). **Educar a criança.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GATTINO, G. **Musicoterapia aplicada à avaliação da comunicação não verbal de crianças com transtornos do espectro autista:** revisão sistemática e estudo de validação. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012. 180p.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades,** In. Revista de Administração de empresas, v35, n2,1995, p. 21.

GRINKER, R. R. **Autismo:** um mundo obscuro e conturbado. Trad. Catharina Pinheiro. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

JOLY, I. Z. L. **Música e Educação Especial:** uma possibilidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos. Educação, 28(2), 79-86, 2003.

JUSTINO, J. A. P. **Educação Musical Humanizadora:** Uma experiência com crianças no campo da educação não formal. Universidade Federal de São Carlos-SP, 2017.

LOURO, V. S. **Educação musical e deficiência:** propostas pedagógicas. Viviane dos Santos Louro, Luís Garcia Alonso, Alex Ferreira de Andrade. – São José dos Campos, SP: Ed. Do Autor, 2006.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação:** abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças.** São Paulo: Nova Escola (2005).

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha.** Educação (PUC/RS), Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

MARTINS, L. A. R. **A inclusão escolar do portador da síndrome de Dwon:** o que pensam os educadores? Natal: Editorra da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte. (2003). P.179-210.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 129-141, 2011.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). Escola Inclusiva. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

MOREIRA, H; CALEFFE, L. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NOGUEIRA, M. A. A música e o desenvolvimento da criança. **Revista da UFG**, Vol. 5, Nº. 2, dez 2003.

NUNES SOBRINHO, F. de P. e NAUJORKS, M.I (org) **Pesquisa em Educação Especial**. Bauru:Edusc,2001.

OLIVIER, Lou de. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

ONZI, F. Z; GOMES, R. F. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 3, 2015.

PAIVA, J. F (2020) **Prevalência de autismo nos EUA sobe 10%: agora é 1 para 54**. (26/03/2020). Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/destaque/prevalencia--de--autismo--nos--eua--sobe-10--agora--e--1--para--54/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PEREIRA, E. A.; FERREIRA, V. R. **A influência da música na Educação Infantil**. V ENAPE – As políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas a partir do PNE, Goiás, 2012.

PIRES, Sérgio S.; BRANCO, Ângela U. Protagonismo infantil: **construindo significados em meio às práticas sociais**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 38, p. 311-320,2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n38/v17n38a02.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2022.

ROMANELLI, G. A música que soa na escola: estudo etnográfico nas séries iniciais do ensino fundamental. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 34. 2009.

SAMPAIO, RENATO TOCANTINS; LOUREIRO, CYBELLE MARIA VEIGA; GOMES, CRISTIANO MAURO ASSIS. A musicoterapia e o transtorno do espectro do autismo: uma abordagem informada pelas neurociências para a prática clínica. In: **Per Musi**. Belo Horizonte, n.32, 2015, p.137- 170. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pm/n32/1517-7599-pm-32-0137.pdf>. Acesso em 20 ago. 2019.

SANTOS. E. C. **Práticas Educacionais Inclusivas em Sala de Aula no Município**

de Caçador/SC, 2019.

SANTOS, C. E. **Os alunos com autismo no primeiro ano do ensino fundamental e os movimentos de construção das práticas pedagógicas.** UFES, Vitória, 2017.

SNYDERS, G. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** São Paulo: Cortez, 1992.

TIBYRIÇÁ, R. F. (2016). **Direito à Educação das Pessoas com Transtorno do Espectro de Autismo.** (04/08/2016). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1471--3802.12163>. Acesso em: 19 ago. 2020.

VYGOTSKY, A **Formação Social da Mente.** Tradução: José Cipolla Neto e cols. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução: Daniel Grassi, 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

APENDICES

APENDICE: A PRODUTO EDUCACIONAL



FLORA KAROLINE G. G. SANTOS
EDMAR REIS THIENGO



BANDINHA FELIZ

2022



Apresentação

Este Produto Educacional é fruto da experiência da professora pesquisadora a partir de sua prática em uma escola do interior do Estado do Espírito Santo. Após a realização da pesquisa, podemos afirmar importância da música no processo de socialização de uma criança autista no contexto educacional.

A música é realmente um motivador, no entanto, a possibilidade de participar mais efetivamente numa banda, tocando um instrumento, fez toda diferença para a criança. Além de envolver-se com o instrumento em si, o levou a prestar mais atenção nos movimentos, na relação de seu instrumento com os demais e a importância do trabalho coletivo.

Apresentamos, pois, um material que gerou muitas surpresas, e temos certeza de que poderá produzir muitas alegrias nos educadores e familiares em suas relações com crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Aproveitem!



Bandinha FELIZ

Após observação e troca de experiência com os professores da escola citada nesta pesquisa, o objetivo desta “bandinha” como chamamos na escola pelos próprios alunos cartilha é apresentar a importância de acrescentar à música nas aulas, através de brincadeiras, afim de promover a inclusão e interação do autista com os colegas. Foi possível a cada atividade trabalhada, visualizar e entender o quanto a música é capaz de alcançar espaços, diminuindo as dificuldades e alcançando os objetivos traçados, para um melhor aproveitamento das atividades.

A escola também contava com alguns instrumentos de música que estava parado sem utilização, como: flauta, bumbo, pandeiro, chocalho, prato, etc.

Em conversa na escola com os professores e a diretora, afim de obter mais informações, podemos dizer que a música contribui para uma melhor interação dos alunos, que se envolveram de uma forma agradável e tranquila.



A partir dos resultados e discussões desta pesquisa, objetivando demonstrar a importância da música como ferramenta para que alunos autistas pudessem interagir com os demais colegas.

A escolha do nome “Projeto Bandinha Feliz” foi dado pelos próprios alunos que após o primeiro contato com os instrumentos musicais, conheceram e se identificaram cada um com um instrumento. O primeiro passo desse projeto foi esse contato da criança com o instrumento, para uma identificação e autonomia de saber qual seria o instrumento que levaria mais jeito na hora de tocar. O projeto está funcionando da seguinte forma: todas terças feiras ensaiamos com as crianças duas músicas, escolhida e pensada de acordo com os temas trabalhados pela professora regente, afim de somar com as aulas administradas.

Também já ficou acordado com a escola que em datas especiais a banda se apresentará, pensamos também em agendar visitações nas escolas vizinhas a comunidade para apresentar o projeto, para um possível intercâmbio.



Nossa sugestão é que nossa proposta saia da nossa escola e ganhe o município de Presidente Kennedy. Assim, espera-se que esta iniciativa possa contribuir com outras realidades do município de Presidente Kennedy.

Buscou-se, portanto, com esse produto incentivar e apresentar uma forma diferente e motivadora que possam potencializar conhecimentos nos alunos na prática, e ainda motivá-los a avançar significativamente, promovendo práticas com dinamismo e criatividade.

O Projeto “Banda Feliz” funciona uma vez por semana, durante duas horas, no período matutino, com ensaios de músicas diversificadas, afim de trabalhar a igualdade, interação e inclusão, através da utilização da música, para uma melhor absorção dos temas trabalhados. Abaixo as fotos dos ensaios.





FLAUTA

A flauta é um instrumento do tipo sopro, desta forma para se produzir o som de notas musicais é utilizado colunas de ar. Sua história remete ao período da idade da Pedra Polida, onde o homem usava objetos com formatos de tubo para produzir sons semelhantes ao canto dos pássaros. As primeiras flautas se assemelhavam a apitos, no qual foram evoluindo, ganhando tamanho e furos adicionais que modificavam o som.



CHOCALHO

O Chocalho é o nome genérico para vários instrumentos musicais, mais precisamente idiofones de agitação, que consistem num recipiente oco que contém pequenos objetos no seu interior. No Brasil, o instrumento aparece em gravuras de Debret em torno do século XVI, onde famílias indígenas do Rio de Janeiro o utilizavam para cerimônias. Chocalho é um instrumento que emite sons a partir de vibrações, são chamados de "idiofones".



BUMBO

O Bumbo é um tambor cilíndrico de grande dimensão, de som grave e seco. Numa bateria, fica no centro, ao chão. É percutido por uma maceta acionada através de um pedal, usualmente comandado pelo pé direito do baterista, mas também pode contar com pedais duplos, para ambos os pés. É um instrumento de percussão do tipo membranofone, originário da Argentina. Seu nome, leguero, vem do fato de que este instrumento pode ser ouvido até duas léguas de distância (ou aproximadamente 5 quilômetros).



PANDEIRO

O Pandeiro é um tipo de instrumento musical de percussão que consiste numa pele esticada numa armação (aro) estreita, que não chega a constituir uma caixa de ressonância.

Tornou-se tão popular no Brasil que foi descrito como um instrumento não oficial dessa nação, e é mencionado na música "Aquarela do Brasil". O pandeiro é usado em diversas formas de música brasileira, como samba, choro, coco e capoeira.



TRIÂNGULO

O

O Triângulo é um instrumento musical idiofone de percussão direta [1] feito de metal[2] e usado na música folclórica ou regional portuguesa e também em alguns estilos musicais brasileiros, como o forró. É também conhecido como tengo-lengo ou quindim, devido ao seu som. Pode também ser incluído na seção de percussão de uma orquestra ou de uma banda de música. Normalmente é feito de ferro ou aço, mas podem ser encontrados em alumínio. O som do instrumento é obtido por percussão, através do movimento do bastão (batedor), que bate no triângulo em sincronia com a mão que o segura e determina o som aberto (com maior sustentação) ou fechado. Ele possui essa denominação, pois ele lembra a forma geométrica de mesmo nome.



BAQUETA

A Baqueta (do italiano bacchetta ou bacchio, "bastão" é um objeto em forma de pequeno bastão, geralmente, com uma das extremidades arredondadas, para percutir diversos instrumentos musicais de percussão, fabricado principalmente de madeiras, plásticos, ou fibras.



PRATO OU CÍMBALO

O Prato ou címbalo é o nome genérico atribuído a vários instrumentos de percussão construídos a partir de uma liga metálica à base de bronze, cobre ou prata.

Os sons produzidos pelo címbalo chamam bastante atenção por sua sonoridade e pela facilidade em produzi-los.

Para uma criança, o prato é instrumento interessante para desenvolver sua capacidade de atenção.



NOSSA BANDINHA FELIZ

Instrumentos adquiridos pela Secretaria de Educação do Município de Presidente Kennedy-ES e entregue a escola, no entanto ficou por bastante tempo parado sem ser utilizado, daí a ideia de montar uma bandinha, para despertar nas crianças um olhar diferenciado e unindo a música a uma nova forma de inclusão e interação.



Figura 1- Instrumentos Musicais



Fonte: arquivo da pesquisadora



Quando tivemos a oportunidade de criar a “bandinha” a escola e a comunidade abraçou a ideia e se envolveu, podemos dizer que alcançamos com êxito o que nos propusemos a realizar e na medida que a “banda” se apresenta mais alunos querem participar, o que percebemos que será preciso aumentar a quantidade de instrumentos, além de ampliar o horário de ensaios.



Figura 2- Alunos conhecendo os instrumentos



Fonte: arquivo da pesquisadora



Na figura acima podemos identificar a professora regente e a pesquisadora em um momento com as crianças em seu primeiro contato com os instrumentos, foi possível ver a empolgação deles no momento que pegaram os instrumentos e começaram a tocar, ainda destonado, mas com vontade cantar e tocar. Foi nesse exato momento que percebemos que fizemos a escolha correta em incluir a música como forma de inclusão e interação social.



Figura 3- Alunos tocando flauta



Fonte: arquivo da pesquisadora



Nesta figura 3, foi o dia do primeiro ensaio, o aluno Davi se interessou pela flauta no primeiro momento, se mostrou bastante ativo e animado com as músicas e os instrumentos. Percebemos que através da utilização da flauta ele demonstrou estar tranquilo com os colegas, rindo, brincando e até mesmo dançando, o que nos surpreendeu positivamente, pois o mesmo sempre se mostrou recatado e tímido.



Figura 4- Alunos tocando pandeiro



Fonte: arquivo da pesquisadora



Na figura acima, Davi e seus colegas estão ensaiando marchinhas de carnaval, para apresentação na escola. Na apresentação eles tocaram 3 marchinhas e além desta apresentação receberam o convite para outras em locais vizinhos. Entendemos que a música faz parte do nosso dia a dia, além de contribuir de forma positiva com a interação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se instruiu em demonstrar a importância da música para alunos autistas em escolas municipais no ensino fundamental, podemos dizer que esse tema possui relevância para todos envolvidos nesse contexto. Na busca bibliográfica foi possível identificar os benefícios alcançados com a utilização da música para alunos autistas. A socialização é um exemplo, a interação entre os alunos, também se destacou significativamente no decorrer da busca pesquisada. A partir disso, a pesquisa de campo, pudemos identificar que a professora já utilizava a música em determinados pontos específicos na aula, e identificamos que o aluno pesquisado se sentia bastante à vontade com tal metodologia.



Conforme apresentado nos resultados podemos dizer que a música, quando utilizada como ferramenta de ensino e aprendizagem, contribui significativamente com o desenvolvimento social dos autistas. Nosso produto final vem para mostrar que não é necessário experimentos mirabolantes e sim o simples que funciona, através de uma bandinha montada com alunos e instrumentos da própria escola.

Chegamos ao final deste estudo, com sentimento de dever cumprido e com a certeza que foi feito o que esteve ao alcance de todos que estiveram envolvidos neste trabalho.



REFERÊNCIAS

PEREIRA, E. A.; FERREIRA, V. R. A influência da música na Educação Infantil. **V ENAPE** - As políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas a partir do PNE, Goiás, 2012.

TIBYRIÇÁ, R. F. **Direito à Educação das Pessoas com Transtorno do Espectro de Autismo**. (04/ 08/2016) Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1471-3802.12163>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

ZAGOZEL, B.; MOURA, I. C. de; TREVISAN, M. T. **Musicalizando crianças: teoria e prática da educação musical**. São Paulo: Editora Intersaberes, 2012.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA REGENTE

1. Qual é a sua formação?
2. Há quanto tempo trabalha na educação?
3. Fale sobre o processo de inclusão do aluno com autismo no ensino comum.
4. Você acredita que os alunos com autismo se beneficiam por estarem incluídos em classes comuns?
5. Quais metodologias você tem utilizado para ensinar o aluno com autismo?
6. Sua prática pedagógica contribuiu para o desenvolvimento e aprendizado do aluno com autismo?
7. Foi construído algum recurso diferenciado para o trabalho pedagógico com o aluno com autismo? Qual?
8. Você trabalha com música em suas aulas?
9. Como você trabalha a interação social do autista em sala de aula?
10. Você utiliza a música em sala de aula? Como ela auxilia na interação do aluno com autismo?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A CUIDADORA

1. Qual é a sua formação?
2. Há quanto tempo trabalha na educação?
3. Fale sobre o processo de inclusão do aluno com autismo no ensino comum.
4. Você acredita que os alunos com autismo se beneficiam por estarem incluídos em classes comuns?
5. O que você sabe sobre autismo?
6. Como o aluno em questão interage socialmente com os demais alunos?
7. Em seu ponto de vista como é a interação do aluno com seus colegas?
8. Como você trabalha a interação social do autista junto as atividades em sala de aula?
9. Como a música contribui para a interação do aluno autista em sala de aula?

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A FAMÍLIA

1. Quando foram notadas as peculiaridades da criança e quem percebeu as mudanças?
2. O que você sabe sobre autismo?
3. O que você pensa do processo de inclusão de seu filho no ensino comum?
4. Como foram os anos que ele frequentou a educação infantil?
5. Quais são os momentos de estudo do seu filho em casa?
6. Como você participa desses momentos?
7. Seu neto gosta de ouvir música em casa? Em quais momentos?
8. Como é a interação de seu neto com os demais membros da família?

APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Qual é a sua formação inicial e continuada?
2. Há quanto tempo trabalha na educação?
3. Como você vê o processo de inclusão do aluno com autismo no ensino comum?
4. O que você sabe sobre autismo?
5. Como é o comportamento do aluno autista em sua aula?
6. Como você faz o seu planejamento?
7. O que você pensa do seu trabalho de acompanhamento do aluno com autismo?
8. Fale sobre seu trabalho com a professora regente e a cuidadora?
9. Como o aluno em estudo se relaciona com os demais colegas no ambiente fora de sala de aula?

APÊNDICE F: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A MONITORA

1. Qual é período que você está cursando?
2. Há quanto tempo você trabalha como monitora?
3. Fale sobre como é o aluno no transporte escolar.
4. Você já estudou sobre autismo? O que você sabe sobre autismo?
5. Fale do seu trabalho no transporte escolar e no acompanhamento do aluno?

ANEXOS**ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Nome completo: _____

RG: _____ Data _____ de Nascimento: ____/____/____

Telefone: _____ Endereço: _____

_____ CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: _____ Data: ____/____/____

ANEXO B: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Os resultados estarão à sua disposição quando a pesquisa for finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão incinerados. Este termo de Assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e minhas dúvidas foram esclarecidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Este termo possui duas vias de igual teor onde uma ficará com o pesquisando e outra com o pesquisador. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

São Mateus, _____ de _____ 20____.

Nome e assinatura do(a) participante

Nome e assinatura do(s) pesquisador(es)



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A MÚSICA COMO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS INTERAÇÕES SOCIAIS DE UMA CRIANÇA AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Pesquisador: FLORA KAROLINE GALITO GONCALVES SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 54243821.5.0000.8207

Instituição Proponente: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.171.459

Apresentação do Projeto:

A pesquisadora apresenta como desenho do projeto: "Para contextualizar a questão de inclusão na contemporaneidade, é necessário entender um pouco sobre o processo histórico da educação especial nos últimos séculos. Na antiguidade, durante muito tempo, as pessoas que não ouviam, não enxergavam ou não se locomoviam eram excluídas socialmente. A presente pesquisa objetiva de modo geral é discutir as contribuições do uso da musicalização na sala de aula, para o desenvolvimento interações sociais de uma criança autista no ensino fundamental. Para garantir uma educação digna e de qualidade para alunos autistas é preciso não somente desenvolver ações que objetivem o aprimoramento e desenvolvimento desses sujeitos objetos da educação, melhorando o processo de aprendizagem de maneira igualitária, mas também conhecer suas especificidades, saber como lidar, obter outros profissionais que auxiliem no bom andamento do trabalho pedagógico, quais devem servir como apoio aos profissionais da educação, como fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras, psicopedagogos". E apresenta como metodologia "A metodologia de investigação utilizada é de natureza qualitativa, e a amostragem de conveniência é composta por uma criança, recorrendo a um estudo de caso, com diagnóstico de Espectro do Autismo, a frequentar o ensino fundamental regular com idade de 9 anos" e "Será realizada entrevista com questionários abertos e conversas com o responsável envolvido diretamente na pesquisa, visando o máximo de informações que possibilitem um maior conhecimento sobre o aluno e o assunto aqui apresentado. Também será utilizado violão e aparelho de som com músicas

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Leila Maria Rainha Lemos, ocupante do cargo de Gestora na "EMEIEF - Pluridocente Mineirinho da Rede Municipal de Presidente Kennedy", autorizo a realização nesta instituição de ensino a pesquisa A MÚSICA COMO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS INTERAÇÕES SOCIAIS DE UMA CRIANÇA AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL, sob a responsabilidade da pesquisadora Flora Karoline Galito Gonçalves Santos, tendo como objetivo geral Discutir as contribuições do uso da musicalização na sala de aula, para o desenvolvimento interações sociais de uma criança autista no ensino fundamental.

Afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Presidente Kennedy-ES, 09 de 11 de 2020

Leila M. Rainha Lemos
 Leila M. Rainha Lemos
 Coordenadora
 Setor Pedagógico

Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ da instituição coparticipante